



PREFEITURA DE
LONDRINA

Controladoria-Geral do
Município

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Publicado em março de 2023

Controladoria-Geral do Município

Controlador(a)-Geral do Município

Newton Hideki Tanimura em 31/12/2022
Beatriz de Oliveira Teixeira (a partir de 01/01/2023)

Equipe Técnica

Flávio Roque - Diretor de Fiscalização das Finanças Municipais
Marcelo Carocia – Gerente de Contadoria (a partir de fev/2023)
Anderson Martins de Melo
Benedito Balduino da Silva
Carolina Queiroz da Silva
Fabrício Borges de Sousa
Hélio Akihiro Tsuchiya
Thiago Gomes da Silva

Informações

Telefone: (43) 3372-4294
Correio eletrônico: contabilidade@londrina.pr.gov.br
Disponível em: www.londrina.pr.gov.br
Última alteração: 17/03/2023

Sumário

| | |
|---|----|
| Lista de Siglas e Abreviaturas | 5 |
| Lista de tabelas | 8 |
| Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2022 | 10 |
| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 10 |
| I - BALANÇO PATRIMONIAL | 10 |
| II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 13 |
| III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | 15 |
| IV - BALANÇO FINANCEIRO | 17 |
| V - FLUXO DE CAIXA | 18 |
| VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis | 19 |
| 1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis | 19 |
| 2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais | 20 |
| 3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis | 23 |
| 4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis | 26 |
| 5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo | 27 |
| 5.1 Caixa e Equivalente a Caixa | 27 |
| 5.2 - Créditos a Receber | 27 |
| 5.3 - Demais Créditos e Valores | 30 |
| 5.4 - Estoques | 31 |
| 5.5 - Investimentos | 31 |
| 5.6 – Imobilizado | 32 |
| 5.7 - Intangível | 36 |
| 6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo | 37 |
| 6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar | 37 |
| 6.2 - Empréstimos e Financiamentos | 38 |
| 6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar | 39 |
| 6.4 - Obrigações Fiscais | 40 |
| 6.5 - Provisões | 40 |
| 6.6 – Demais Obrigações | 41 |
| 6.7 - Patrimônio Líquido | 42 |
| 7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes | 43 |
| 7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos | 44 |
| 7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos | 44 |
| 7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial | 45 |
| 8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA | 46 |

| | |
|---|-----------|
| 8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 46 |
| 8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas | 47 |
| 8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas..... | 47 |
| 9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD | 47 |
| 9.1 – VPD – Pessoal e Encargos | 47 |
| 9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas | 47 |
| 10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas | 48 |
| 11 – Balanço Orçamentário | 51 |
| 11.1 Execução Orçamentária da Receita | 51 |
| 11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa | 52 |
| 11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário | 52 |
| 11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar | 53 |
| 12 – Balanço Financeiro | 53 |
| 12.1 - Resultado Financeiro | 53 |
| 13 – Fluxo de Caixa | 54 |
| 13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa | 54 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |

Lista de Siglas e Abreviaturas

| | |
|------------|---|
| A.A. | Ao ano |
| AFAC | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital |
| AFAI | Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa |
| AFPR | Agência de Fomento do Paraná |
| AH | Análise Horizontal |
| AV | Análise Vertical |
| BF | Balanço Financeiro |
| BHLS | <i>Bus with High Level of Service</i> |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BO | Balanço Orçamentário |
| BP | Balanço Patrimonial |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| BRT | <i>Bus Rapid Transit</i> |
| BSM | Brasil sem Miséria |
| CAAPSM | Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina |
| CEDCA | Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CENTRO-POP | Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua |
| CF/88 | Constituição Federal de 1988 |
| CGM | Controladoria-Geral do Município |
| CIDE | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico |
| CIDREBAC | Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional da Bacia do Cafezal |
| CISMEL | Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região |
| CMTU | Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo |
| CMV | Custo das Mercadorias Vendidas |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica |
| CÓD. | Código |
| CODEFAT | Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| COHAB-LD | Companhia de Habitação de Londrina |
| Contr. | Contrato |
| COSIP | Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CSP | Custo dos Serviços Prestados |
| CSV | Custo dos Serviços Vendidos |
| DCASP | Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público |
| DFC | Demonstração dos Fluxos de Caixa |
| DIRF | Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte |
| DRM | Desvinculação das Receitas do Município |

| | |
|----------|---|
| DTI | Diretoria de Tecnologia da Informação |
| DVP | Demonstração das Variações Patrimoniais |
| EC | Emenda Constitucional |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EIV | Estudo de Impacto de Vizinhança |
| E-SOCIAL | Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas |
| FEAS | Fundo Estadual de Assistência Social |
| FIA/PR | Fundo Estadual para Infância e Adolescência – Paraná |
| FMAS | Fundo Municipal de Assistência Social |
| FMDCA | Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| FMDU | Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano |
| FMHL | Fundo Municipal de Habitação de Londrina |
| FMMA | Fundo Municipal do Meio Ambiente |
| FNAS | Fundo Nacional de Assistência Social |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FNHIS | Fundo Nacional de Interesse Social |
| FUNDEB | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica |
| FUNREBOM | Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros |
| FUPA | Fundo de Proteção aos Animais |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IFAC | <i>International Federation of Accountants</i> |
| IGF | Índice de Gestão Descentralizada |
| IN | Instrução Normativa |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IPCA-E | Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial |
| IPI | Imposto sobre Produtos Importados |
| IPSAS | <i>International Public Sector Accounting Standards</i> |
| IPTU | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| IPVA | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores |
| IRRF | Imposto de Renda Retido na Fonte |
| ISS | Imposto sobre Serviço |
| ITBI | Imposto de Transmissão de Bens Imóveis |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| MCIDADES | Ministério das Cidades |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| MDSA | Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário |
| ME | Ministério do Esporte |
| MEC | Ministério da Educação |
| MJSP | Ministério da Justiça e Segurança Pública |
| MP | Ministério Público |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| NBC TSP | Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Convergentes com as |

| | |
|-------------|--|
| | Normas Internacionais) |
| NBCASP | Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| NE | Nota Explicativa |
| OFSS | Orçamento Fiscal e da Seguridade Social |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAR | Plano de Ações Articuladas |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PCASPM-PR | Plano de Contas Aplicado aos Municípios do Paraná |
| PCP | Procedimentos Contábeis Patrimoniais |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PEC | Praça dos Esportes e da Cultura |
| PETE | Programa Estadual de Transporte Escolar |
| PIPCP | Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PL | Patrimônio Líquido |
| PMAT | Programa de Modernização da Administração Tributária |
| PNATE | Programa Nacional de Transporte Escolar |
| PPAS | Piso Paranaense de Assistência Social |
| Procon-Ld | Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Londrina |
| Proinfância | Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens |
| PROMAP | Programa de Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| RECRED | Programa de Recuperação de Crédito |
| RFB | Receita Federal Brasileira |
| RGPS | Regime Geral de Previdência Social |
| RPPS | Regime Próprio de Previdência Social |
| SANEPAR | Companhia de Saneamento do Paraná |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SEAB | Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento |
| SEDS | Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social |
| SEDU | Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano |
| SEIL | Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística |
| SERCOMTEL | Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina |
| SFM | Sistema de Financiamento aos Municípios |
| SICONFI | Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro |
| SMAA | Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento |
| SIMAM | Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal |
| SMAS | Secretaria Municipal de Assistência Social |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SMF | Secretaria Municipal de Fazenda |
| SMG | Secretaria Municipal de Governo |
| SMOP | Secretaria Municipal de Obras Públicas |
| SMPM | Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres |
| SMPOT | Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia |
| SMRH | Secretaria Municipal de Recursos Humanos |
| SMTER | Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda |

| | |
|--------|---|
| SPPE | Secretaria de Políticas Públicas de Emprego |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| TCE-PR | Tribunal de Contas do Estado do Paraná |
| VPA | Variações Patrimoniais Aumentativas |
| VPD | Variações Patrimoniais Diminutivas |

Lista de tabelas

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

Tabela 7 - Investimentos

Tabela 8 – Imobilizado

Tabela 9 – Bens Móveis

Tabela 10 – Bens Imóveis

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

Tabela 12 - Bens Dominicais

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização

Tabela 15 – Detalhamento das Obras em Andamento no Final do Exercício

Tabela 16 – Bens Intangíveis

Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

Tabela 19 – Quadro da Dívida Fundada de Empréstimos e Financiamentos

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

Tabela 21 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

Tabela 22 – Provisões de Longo e Curto Prazos

Tabela 23 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

Tabela 24 – Patrimônio Líquido

Tabela 25 – Apresentação do Saldo Patrimonial

Tabela 26 – Detalhamento de Detalhamento do Saldo do Ativo Financeiro

Tabela 27 – Detalhamento de Detalhamento do Saldo do Passivo Financeiro

Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos

Tabela 29 – Atos Potenciais Ativos – Retificada

Tabela 30 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 31 – Atos Potenciais Passivos – Retificada

Tabela 32 – Detalhamento das Obrigações Contratuais a Executar

Tabela 33 – Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício

Tabela 34 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

Tabela 35 – VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Tabela 36 – VPA – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 37 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 38 – Pessoal e Encargos

Tabela 39 – Repasse Concedido

Tabela 40 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 41 – Impacto nos resultados das atividades operacionais próprias ou administrativas do Município

Tabela 42 – Impacto nos resultados da movimentação financeira

Tabela 43 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Tabela 44 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Tabela 45 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Tabela 46 – Receita Realizada

Tabela 47 – Despesa Empenhada

Tabela 48 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

Tabela 49 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

Tabela 50 – Resultado Financeiro

Tabela 51 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70

Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2022

As Demonstrações Contábeis da Administração Direta da Prefeitura do Município de Londrina são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as publicações da Secretaria do Tesouro Nacional, através do Balanço Geral da União.

Dessa forma, as DCASP são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.

O presente documento não se trata de uma consolidação das contas municipais, desta forma não serão apresentadas as informações sobre limites constitucionais e Metas Fiscais, as quais estão disponíveis no Portal de Transparência do Município.

Os dados foram extraídos do Sistema Informatizado de Contabilidade da Administração Pública (Sistema de Contabilidade Pública Equiplano), na data-base de 31/12/2022.

O Resultado Orçamentário da Prefeitura do Município de Londrina, apurado em 2022, foi superavitário em R\$ 626 milhões.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2022 totalizaram R\$ 2,031 bilhões, com expansão nominal de 20,7% quando comparadas com o exercício de 2021, que totalizou R\$ 1,682 bilhão de arrecadação.

As despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas totalizaram, respectivamente, R\$ 1,405 bilhão, 1,247 bilhão e 1,239 bilhão, que comparadas ao exercício de 2021 representam uma elevação nominal de 15,9% nas despesas empenhadas, um aumento de 19,5% nas despesas liquidadas e um aumento de 18,9% nas despesas pagas.

O resultado patrimonial apurado para o exercício de 2022 foi deficitário em R\$ 160,5 milhões, apresentando uma redução nominal de 131% em relação ao exercício de 2021, que foi superavitário no valor de R\$ 517,8 milhões. O déficit foi ocasionado pelo aumento das Variações Patrimoniais Diminutivas em R\$ 848,5 milhões, que não foi acompanhado pelo aumento das Variações Patrimoniais Aumentativas de R\$ 170,3 milhões.

A seguir, serão apresentadas as demonstrações contábeis da Administração, relativas ao exercício de 2022, e detalhados os seus principais itens e informações relevantes em Notas Explicativas.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
I - BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício de 2022 – Anexo 14

| A T I V O | | | |
|---|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| CONTAS CONTÁBEIS | NE | 2022 | 2021 |
| ATIVO CIRCULANTE | | 750.575.075,90 | 883.091.691,09 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 5.1 | 525.587.271,05 | 387.771.621,09 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional | | 525.587.271,05 | 387.771.621,09 |
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO | 5.2 | 38.595.533,00 | 342.099.629,02 |
| Créditos Tributários a Receber | | 116.167.456,87 | 113.449.720,90 |
| Créditos e Transferências a Receber | | 18.879.404,53 | 14.208.064,99 |

| | | | |
|---|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Dívida Ativa Tributária | | 1.174.544.853,00 | 1.068.897.084,71 |
| Dívida Ativa Não Tributária | | 477.294.417,90 | 451.049.366,96 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | | (1.748.290.599,30) | (1.305.504.608,54) |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO | 5.3 | 172.987.188,95 | 146.099.055,16 |
| Tributos a Recuperar / Compensar | | 3.558.413,88 | 3.558.413,88 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio | | 17.479.339,20 | 17.109.463,20 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | | 11.518.265,73 | 6.331.802,97 |
| Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo | | 141.395.100,87 | 119.099.375,11 |
| (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | | (963.930,73) | 0,00 |
| ESTOQUES | 5.4 | 13.405.082,90 | 7.121.385,82 |
| Almoxarifado | | 13.174.105,83 | 7.121.385,82 |
| Outros Estoques | | 230.977,07 | 0,00 |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | | 2.796.196.508,27 | 2.656.745.521,06 |
| ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 1.166.150,56 | 1.706.832,30 |
| Créditos a Longo Prazo | | 570.162,90 | 0,00 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | | 595.987,66 | 592.092,66 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | | 0,00 | 1.114.739,64 |
| INVESTIMENTOS | 5.5 | 150.666.445,96 | 134.184.679,11 |
| Participações Permanentes | | 150.666.445,96 | 134.184.679,11 |
| IMOBILIZADO | 5.6 | 2.629.668.377,87 | 2.503.818.149,36 |
| Bens Móveis | | 154.280.177,78 | 131.476.517,57 |
| Bens Imóveis | | 2.476.924.376,62 | 2.373.939.796,80 |
| (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada | | (1.536.176,53) | (1.598.165,01) |
| INTANGÍVEL | 5.7 | 14.695.533,88 | 17.035.860,29 |
| Softwares | | 1.050.688,63 | 843.464,27 |
| Direito de Uso de Imóveis | | 13.644.845,25 | 16.192.396,02 |
| TOTAL DO ATIVO | | 3.546.771.584,17 | 3.539.837.212,15 |

| PASSIVO | | | |
|---|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| CONTAS CONTÁBEIS | NE | 2022 | 2021 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 56.073.162,65 | 54.861.904,02 |
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS | | | |
| ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 6.1 | 13.082.427,39 | 10.829.161,29 |
| Pessoal a Pagar | | 2.312.223,08 | 1.253.629,18 |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | | 20.530,36 | 66.387,80 |
| Encargos Sociais a Pagar | | 10.749.673,95 | 9.509.144,31 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO | 6.2 | 16.370.732,14 | 19.036.579,38 |
| Empréstimos a Curto Prazo - Interno | | 5.443.140,95 | 9.122.214,17 |
| Financiamentos a Curto Prazo - Interno | | 10.842.492,53 | 9.838.419,18 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo - Interno | | 85.098,66 | 75.946,03 |
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO | 6.3 | 1.629.011,12 | 1.107.961,74 |
| Fornecedores e Contas a Pagar Nacional a Curto Prazo | | 1.629.011,12 | 1.107.961,74 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO | 6.4 | 369.265,63 | 321.392,07 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União | | 368.438,96 | 320.651,24 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados | | 826,67 | 740,83 |
| PROVISÕES A CURTO PRAZO | 6.5 | 510.305,80 | 510.305,80 |
| Outras Provisões a Curto Prazo | | 510.305,80 | 510.305,80 |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 6.6 | 24.111.420,57 | 23.056.503,74 |
| Valores Restituíveis | | 16.360.944,51 | 11.137.978,83 |
| Outras Obrigações a Curto Prazo | | 7.750.476,06 | 11.918.524,91 |
| PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | | 724.195.263,21 | 639.864.277,02 |

| | | | |
|---|------------|-------------------------|-------------------------|
| OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIA A PAGAR A LONGO PRAZO | 6.1 | 256.677.614,89 | 264.331.566,22 |
| Pessoal a Pagar | | 32.040.799,43 | 34.285.914,03 |
| Encargos Sociais a Pagar | | 224.636.815,46 | 230.045.652,19 |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO | 6.2 | 170.506.558,56 | 128.955.992,83 |
| Empréstimos a Longo Prazo - Interno | | 149.620.273,46 | 100.842.710,31 |
| Financiamentos a Longo Prazo - Interno | | 14.368.937,60 | 24.549.468,13 |
| Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos a Longo Prazo - Interno | | 6.517.347,50 | 3.563.814,39 |
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO | 6.3 | 88.777.447,72 | 17.947.187,22 |
| Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo | | 88.777.447,72 | 17.947.187,22 |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO | 6.4 | 17.672.902,98 | 17.947.187,22 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União | | 17.672.902,98 | 17.947.187,22 |
| PROVISÕES A LONGO PRAZO | 6.5 | 179.906.996,27 | 148.393.916,54 |
| Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo | | 48.266.870,58 | 16.753.790,85 |
| Outras Provisões a Longo Prazo | | 131.640.125,69 | 131.640.125,69 |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO | 6.6 | 10.653.742,79 | 80.235.614,21 |
| Outras Obrigações a Longo Prazo | | 10.653.742,79 | 80.235.614,21 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 780.268.425,86 | 694.726.181,04 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CONTAS CONTÁBEIS | NE | 2022 | 2021 |
| RESULTADOS ACUMULADOS | 6.7 | 2.766.503.158,31 | 2.845.111.031,11 |
| Resultado do Exercício | | -160.451.367,29 | 517.782.121,57 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | | 2.892.181.728,60 | 2.359.289.103,14 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | 34.772.797,00 | -31.960.193,60 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.766.503.158,31 | 2.845.111.031,11 |
| TOTAL (PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO) | | 3.546.771.584,17 | 3.539.837.212,15 |

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Anexo 14 - Nota

| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|----------|-------------------------|-------------------------|
| ATIVO (I) | | | |
| Ativo Financeiro | | 538.628.127,45 | 395.687.796,44 |
| Ativo Permanente | | 3.008.143.456,72 | 3.144.149.415,71 |
| TOTAL DO ATIVO | 7 | 3.546.771.584,17 | 3.539.837.212,15 |
| PASSIVO (II) | | | |
| Passivo Financeiro | | 232.048.906,12 | 203.763.580,98 |
| Passivo Permanente | | 755.123.437,62 | 681.902.081,51 |
| TOTAL DO PASSIVO | 7 | 987.172.343,74 | 885.665.662,49 |
| SALDO PATRIMONIAL (I - II) | | 2.559.599.240,43 | 2.654.171.549,66 |

Quadro das Contas de Controles - Anexo 14

| Saldo dos Atos Potenciais Ativos | | | |
|---|------------|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2022 | 2021 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar | | 0,00 | 3.198.976,60 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber | | 0,00 | 22.588.090,72 |
| Direitos Contratuais a Executar | | 183.677.729,36 | 187.560.464,86 |
| Outros Atos Potenciais Ativos a Executar | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 7.1 | 183.677.729,36 | 213.347.532,18 |

| Saldo dos Atos Potenciais Passivo | | | |
|-----------------------------------|----|------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2022 | 2021 |

| | | | |
|---|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar | | 0,00 | 76.871.931,93 |
| Obrigações Conveniadas e outros Instrumentos Congêneres a Liberar | | 0,00 | 4.935.748,01 |
| Obrigações Contratuais a Executar | | 603.064.985,19 | 720.876.860,70 |
| Outros Atos Potenciais Passivos a Executar | | 0,00 | 0,00 |
| T O T A L | <u>7.2</u> | 603.064.985,19 | 802.684.540,64 |

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO 2022 - ANEXO 14

| FONTE DE RECURSO | NE | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| Alienação de Bens | | 919.535,67 | 1.282.910,39 |
| Apoio Financeiro a Municípios | | 128.924,38 | 153.525,43 |
| Cessão Onerosa - Pré-Sal | | 130.819,00 | 117.628,94 |
| Emenda Parlamentar | | 7.360.865,92 | 4.517.362,79 |
| Operação de Crédito | | -26.742.705,74 | -55.621.858,59 |
| Ordinária | | 248.698.626,55 | 201.137.218,30 |
| Outras Origens | | 42.687.202,06 | 19.885.711,48 |
| Transferências do FUNDEB | | 11.263.206,11 | 19.975.838,60 |
| Transferência de Programas | | 7.527.929,60 | 7.240.421,72 |
| Transferência Voluntária | | 14.554.489,55 | 13.160.966,77 |
| Valores Restituíveis | | 50.328,23 | 50.328,23 |
| TOTAL GERAL | <u>7.3</u> | 306.579.221,33 | 191.924.215,46 |

II - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2022 - Anexo 15

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS - Anexo 15

| CONTAS CONTÁBEIS | NE | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-------------------------|-------------------------|
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | <u>8</u> | 2.460.388.826,40 | 2.290.135.393,62 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | | 1.018.649.254,28 | 986.805.203,82 |
| Impostos | | 974.249.513,94 | 929.352.151,93 |
| Taxas | | 44.429.589,52 | 56.849.857,29 |
| Contribuições de Melhorias | | -29.849,18 | 603.194,60 |
| CONTRIBUIÇÕES | | 52.111.415,97 | 47.941.993,53 |
| Contribuições Sociais | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | | 0,00 | 0,00 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | | 52.111.415,97 | 47.941.993,53 |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | | 0,00 | 0,00 |
| EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | | 3.630.452,99 | 1.912.936,94 |
| Venda de Mercadorias | | 0,00 | 0,00 |
| Venda de Produtos | | 0,00 | 0,00 |
| Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços | | 3.630.452,99 | 1.912.936,94 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | | 204.752.008,32 | 55.382.289,60 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos de Mora | | 130.971.368,13 | 39.214.457,54 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 5.543.635,34 | 1.796.265,36 |
| Descontos Financeiros Obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | | 67.862.743,63 | 14.169.223,07 |
| Juros e Encargos de Empréstimos Obtidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras | | 374.261,22 | 202.343,63 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | | 931.896.734,94 | 661.153.463,29 |
| Transferências Intragovernamentais | | 19.988.022,17 | 8.918.034,99 |
| Transferências Inter Governamentais | | 908.013.914,18 | 650.930.910,72 |
| Transferências das Instituições Privadas | | 687.629,34 | 1.135.996,61 |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Consórcios Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada | | 0,00 | 0,00 |

| | | | |
|--|--|-----------------------|-----------------------|
| Transferências de Pessoas Físicas | | 226.711,22 | 168.520,97 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | | 2.980.458,03 | 0,00 |
| VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | 2.636.986,45 | 392.730,02 |
| Reavaliação de Ativos | | 843.342,90 | 0,00 |
| Ganhos com Alienação | | 1.793.643,55 | 163.658,91 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | | 0,00 | 180.000,00 |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | | 0,00 | 49.071,11 |
| Reversão de Redução a Valor Recuperável | | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | 246.711.973,45 | 536.546.776,42 |
| Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar | | 1.741.182,15 | 704.002,90 |
| Resultado Positivo de Participações | | 5.743,84 | 121.709,28 |
| Subvenções Econômicas | | 0,00 | 0,00 |
| Reversão de Provisões e Ajuste de Perdas | | 102.149.336,23 | 392.991.548,37 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | | 142.815.711,23 | 142.729.515,87 |

| | | | |
|---|----------|-------------------------|-------------------------|
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 9 | 2.620.840.193,69 | 1.772.353.272,05 |
| PESSOAL E ENCARGOS | | 773.304.315,29 | 621.928.832,91 |
| Remuneração a Pessoal | | 529.456.187,09 | 431.367.894,73 |
| Encargos Patronais | | 212.375.865,24 | 162.120.437,27 |
| Benefício a Pessoal | | 28.137.819,83 | 26.666.764,38 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | | 3.334.443,13 | 1.773.736,53 |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | | 18.226.672,49 | 25.247.106,05 |
| Aposentadorias e Reformas | | 79.019,68 | 93.750,93 |
| Pensões | | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios de Prestação Continuadas | | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios Eventuais | | 18.146.644,00 | 23.715.172,57 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Assistenciais | | 1.008,81 | 1.438.182,55 |
| USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | | 192.189.568,82 | 154.482.301,42 |
| Uso de Materiais de Consumo | | 62.440.349,80 | 38.406.475,02 |
| Serviços | | 129.749.219,02 | 116.075.826,40 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | | 0,00 | 0,00 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | | 38.406.965,73 | 48.568.747,75 |
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | | 31.932.208,59 | 46.121.080,94 |
| Juros e Encargos de Mora | | 5.691,29 | 270.537,98 |
| Variações Monetárias e Cambiais | | 6.468.863,41 | 2.177.128,83 |
| Descontos Financeiros Concedidos | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | | 202,44 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | | 783.686.336,90 | 590.090.658,67 |
| Transferências Intragovernamentais | | 589.582.096,79 | 518.116.398,45 |
| Transferências Inter Governamentais | | 109.584.545,95 | 0,00 |
| Transferências a Instituições Privadas | | 84.495.384,16 | 71.852.894,75 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos | | 0,00 | 0,00 |
| Transferências ao Exterior | | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada | | 24.310,00 | 121.365,47 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | | 0,00 | 0,00 |
| DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | 555.396.889,96 | 133.056.549,32 |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | | 551.480.691,06 | 131.806.432,11 |
| Perdas com Alienação | | 2.601.284,17 | 0,00 |
| Perdas Involuntárias | | 302,00 | 8.982,05 |
| Incorporação de Passivos | | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporação de Ativos | | 1.314.612,73 | 1.241.135,16 |
| TRIBUTÁRIAS | | 17.371.464,05 | 14.453.604,58 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias | | 75.703,22 | 73.184,19 |
| Contribuições | | 17.295.760,83 | 14.380.420,39 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS | | 0,00 | 0,00 |
| Custos das Mercadorias Vendidas - CMV | | 0,00 | 0,00 |
| Custo dos Produtos Vendidos - CPV | | 0,00 | 0,00 |
| Custos dos Serviços Prestados - CSP | | 0,00 | 0,00 |

| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | 242.257.980,45 | 184.525.471,35 |
|--|--|------------------------|-----------------------|
| Premiações | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Negativo de Participações | | 0,00 | 0,00 |
| Incentivos | | 2.011.190,01 | 124.190,00 |
| Subvenções Econômicas | | 0,00 | 0,00 |
| Participações e Contribuições | | 0,00 | 0,00 |
| VPD de Constituição de Provisões | | 31.513.079,73 | 0,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | | 208.733.710,71 | 184.401.281,35 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | | -160.451.367,29 | 517.782.121,57 |

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

| CONTAS CONTÁBEIS | NE | 2022 | 2021 |
|----------------------------|-----------|----------------|---------------|
| INCORPORAÇÃO DE ATIVO | | 105.568.545,89 | 85.642.876,84 |
| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO | | 27.875.211,28 | 32.630.993,97 |
| INCORPORAÇÃO DE PASSIVO | | 52.929.481,31 | 37.489.018,50 |
| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO | | 26.186.487,31 | 16.259.141,27 |

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Receitas Orçamentárias do Exercício – Anexo 12

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Receita Realizada | Saldo |
|--|-------------|-------------------------|----------------------------|--------------------------|------------------------|
| | | | (a) | (b) | c=(b-a) |
| Receitas Correntes (I) | | 1.685.275.000,00 | 1.952.670.096,66 | 1.967.131.729,04 | 14.461.632,38 |
| Receitas de Impostos, Taxas e Contr. Melhoria | | 918.574.000,00 | 1.031.860.502,89 | 1.033.244.998,56 | 1.384.495,67 |
| Receitas de Contribuições | | 44.519.000,00 | 51.669.000,00 | 52.115.417,52 | 446.417,52 |
| Receita Patrimonial | | 28.072.000,00 | 38.596.051,99 | 71.768.178,93 | 33.172.126,94 |
| Receita de Serviços | | 2.118.000,00 | 2.534.748,00 | 3.573.379,55 | 1.038.631,55 |
| Transferências Correntes | | 676.401.000,00 | 812.398.721,08 | 785.692.453,01 | -26.706.268,07 |
| Outras Receitas Correntes | | 15.591.000,00 | 15.611.072,70 | 20.737.301,47 | 5.126.228,77 |
| Receitas de Capital (II) | | 70.026.000,00 | 183.616.938,48 | 64.170.188,48 | -119.446.750,00 |
| Operações de Crédito | | 68.200.000,00 | 168.200.000,00 | 52.929.481,31 | -115.270.518,69 |
| Alienação de Bens | | 200.000,00 | 1.671.993,55 | 1.793.643,55 | 121.650,00 |
| Transferências de Capital | | 1.626.000,00 | 13.744.944,93 | 5.892.837,37 | -7.852.107,56 |
| Outras Receitas de Capital | | 0,00 | 0,00 | 3.554.226,25 | 3.554.226,25 |
| Receitas Correntes Intraorçamentária (III) | | 92.000,00 | 92.000,00 | 66.255,74 | -25.744,26 |
| Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias | | 92.000,00 | 92.000,00 | 66.255,74 | -25.744,26 |
| Sub Total com Refinanciamento (IV) = (I+II+III) | | 1.755.393.000,00 | 2.136.379.035,14 | 2.031.368.173,26 | -105.010.861,88 |
| Déficit (V) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| T o t a l (VI) = (IV+V) | 11.1 | 1.755.393.000,00 | 2.136.379.035,14 | 2.031.368.173,26 | -105.010.861,88 |
| Saldo de Exercícios Anteriores | | 0,00 | 186.573.392,39 | 186.573.392,39 | 0,00 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Superávit Financeiro | | 0,00 | 186.573.392,39 | 186.573.392,39 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Despesas Orçamentárias do Exercício – Anexo 12

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | NE | Dotação Inicial | Dotação Atualizada | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Despesas Pagas | Saldo |
|-------------------------------|-----------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------|
| | | (d) | (e) | (f) | (g) | (h) | (c) = (e-f) |
| Despesas Correntes (I) | | 1.068.706.000,00 | 1.330.958.308,17 | 1.244.179.915,29 | 1.153.860.791,32 | 1.146.610.609,94 | 86.778.392,88 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 732.922.000,00 | 799.162.006,00 | 761.306.235,74 | 761.260.580,62 | 760.010.480,52 | 37.855.770,26 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 21.900.000,00 | 23.703.889,38 | 23.370.476,25 | 22.668.110,65 | 22.608.518,07 | 333.413,13 |
| Outras Despesas Correntes | | 313.884.000,00 | 508.092.412,79 | 459.503.203,30 | 369.932.100,05 | 363.991.611,35 | 48.589.209,49 |

| | | | | | | | |
|---|-------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|
| Despesas de Capital (II) | | 156.629.000,00 | 332.439.817,22 | 161.180.716,46 | 93.130.863,47 | 92.575.257,40 | 171.259.100,76 |
| Investimentos | | 105.943.000,00 | 285.384.301,05 | 114.178.162,38 | 46.445.445,29 | 46.344.980,26 | 171.206.138,67 |
| Inversões Financeiras | | 13.005.000,00 | 18.798.000,00 | 18.792.778,96 | 18.792.778,96 | 18.792.778,96 | 5.221,04 |
| Amortização da Div. Refinanciada | | 37.681.000,00 | 28.257.516,17 | 28.209.775,12 | 27.892.639,22 | 27.437.498,18 | 47.741,05 |
| Reserva de Contingências (III) | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| Reserva de Contingências | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| Subtotal da Despesas (IV) = (I+II+III) | | 1.228.335.000,00 | 1.666.398.125,39 | 1.405.360.631,75 | 1.246.991.654,79 | 1.239.185.867,34 | 261.037.493,64 |
| Amortização da Dívida / Refinanc. (V) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida mobiliária | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Subtotal c/Refinanciamento (VI) = (IV+V) | 11.2 | 1.228.335.000,00 | 1.666.398.125,39 | 1.405.360.631,75 | 1.246.991.654,79 | 1.239.185.867,34 | 261.037.493,64 |
| Reserva do RPPS (VII) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Superavit (VIII) | | 527.058.000,00 | 469.980.909,75 | 626.007.541,51 | 784.376.518,47 | 792.182.305,92 | -156.026.631,76 |
| TOTAL (IX) = (VI+VII+VIII) | 11.3 | 1.755.393.000,00 | 2.136.379.035,14 | 2.031.368.173,26 | 2.031.368.173,26 | 2.031.368.173,26 | 105.010.861,88 |

I - Execução de Restos a Pagar Não Processado do Exercício – Anexo 12

Anexo I – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | NE | INSCRITOS | | LIQUIDADO | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|--------------------------------|-------------|--------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | | | |
| | | (a) | (b) | | | | |
| Despesas Correntes | | 6.434.002,27 | 64.409.516,18 | 48.071.781,99 | 47.874.868,58 | 18.040.395,14 | 4.731.341,32 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 159.386,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 159.386,94 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 45,42 | 713.360,26 | 587.215,80 | 587.215,80 | 75.854,12 | 50.335,76 |
| Outras Despesas Correntes | | 6.274.569,91 | 63.696.155,92 | 47.484.566,19 | 47.287.652,78 | 17.964.541,02 | 4.521.618,62 |
| Despesas Capital | | 15.015.271,88 | 105.080.691,12 | 48.013.935,53 | 47.723.725,13 | 28.278.427,87 | 43.803.599,60 |
| Investimentos | | 15.015.271,88 | 104.739.294,67 | 47.744.940,96 | 47.454.730,56 | 28.278.427,87 | 43.731.197,72 |
| Inversões Financeiras | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | | 0,00 | 341.396,45 | 268.994,57 | 268.994,57 | 0,00 | 72.401,88 |
| Total | 11.4 | 21.449.274,15 | 169.490.207,30 | 96.085.717,52 | 95.598.593,71 | 46.318.823,01 | 48.534.940,92 |

II – Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processado e Não Processado do Exercício – Anexo 12

Anexo II – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS | NE | INSCRITOS | | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|---|-------------|--------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | | | |
| | | (a) | (b) | | | |
| Despesas Correntes | | 108.508,04 | 1.416.571,71 | 930.879,98 | 118.878,48 | 475.321,29 |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 43.841,45 | 56.583,43 | 9.761,37 | 1.114,79 | 89.548,72 |
| Juros e Encargos da Dívida | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | | 64.666,59 | 1.359.988,28 | 921.118,61 | 117.763,69 | 385.772,57 |
| Despesas Capital | | 23.313,87 | 137.727,08 | 43.112,31 | 102.117,46 | 15.811,18 |
| Investimentos | | 23.313,87 | 132.340,34 | 43.112,31 | 102.117,46 | 10.424,44 |
| Inversões Financeiras | | 0,00 | 5.386,74 | 0,00 | 0,00 | 5.386,74 |
| Amortização da Dívida | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 11.4 | 131.821,91 | 1.554.298,79 | 973.992,29 | 220.995,94 | 491.132,47 |

IV - BALANÇO FINANCEIRO
Ingressos do Exercício – Anexo 13

| I N G R E S S O S | | | |
|---|-----------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2022 | 2021 |
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA (i) | | 2.031.368.173,26 | 1.682.386.431,76 |
| Ordinária | | 1.598.517.276,02 | 1.346.482.310,62 |
| Vinculada | | 432.850.897,24 | 335.904.121,14 |
| Transferências do FUNDEB | | 286.907.577,07 | 225.466.615,73 |
| Transferências Voluntárias | | 11.474.556,17 | 7.325.183,42 |
| Alienação de Bens | | 2.116.116,47 | 241.378,40 |
| Operação de Crédito | | 54.924.074,52 | 37.694.683,92 |
| Transferências de Programas | | 10.929.466,26 | 11.023.134,11 |
| Valores Restituíveis | | 0,00 | 50.328,23 |
| Outras Origens | | 63.406.116,83 | 51.572.042,24 |
| Transferências Voluntárias - Emend. Ind. | | 3.051.528,59 | 2.515.459,30 |
| Apoio Financeiro Municípios | | 28.271,27 | 11.713,90 |
| Cessão Onerosa - Pre-Sal | | 13.190,06 | 3.581,89 |
| | | | |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA RECEBIDAS (II) | | 19.856.605,89 | 8.851.791,09 |
| | | | |
| RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III) | | 1.412.123.674,79 | 1.239.560.572,67 |
| | | | |
| SALDO EM ESPECIE DO EXERC. ANTERIOR (IV) | | 395.687.796,44 | 327.535.290,86 |
| Caixa e Equivalente de Caixa | | 387.771.621,09 | 317.409.694,81 |
| Caixa Realizável | | 7.916.175,35 | 10.125.596,05 |
| TOTAL (V) = (I+II+III+IV) | | 3.859.036.250,38 | 3.258.334.086,38 |

Dispêndio do Exercício – Anexo 13

| D I S P Ê N D I O S | | | |
|--|-----------|-------------------------|-------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | NE | 2022 | 2021 |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI) | | 1.405.360.631,75 | 1.212.760.612,65 |
| Ordinária | | 981.910.914,11 | 824.621.007,19 |
| Vinculada | | 423.449.717,64 | 388.139.605,46 |
| Transferências do FUNDEB | | 297.310.153,09 | 220.099.560,62 |
| Transferências Voluntárias | | 11.273.074,66 | 16.764.352,56 |
| Alienação de Bens | | 2.515.606,37 | 1.364.767,32 |
| Operação de Crédito | | 33.484.635,54 | 80.515.704,29 |
| Transferências de Programas | | 13.900.543,09 | 18.480.551,99 |
| Valores Restituíveis | | 0,00 | 0,00 |
| Outras Origens | | 61.261.902,41 | 49.580.905,96 |
| Transferências Voluntárias - Emend. Ind. | | 3.650.930,16 | 841.229,34 |
| Apoio Financeiro Municípios | | 52.872,32 | 345.207,56 |
| Cessão Onerosa - Pre-Sal | | 0,00 | 147.325,82 |
| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII) | | 577.748.960,48 | 518.007.034,47 |
| | | | |

| | | | |
|--|--------------------|-------------------------|-------------------------|
| PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIO (VIII) | | 1.337.298.530,70 | 1.131.878.642,82 |
| SALDO EM ESPECIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX) | | 538.628.127,45 | 395.687.796,44 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | 525.587.271,05 | 387.771.621,09 |
| Realizável | | 13.040.856,40 | 7.916.175,35 |
| TOTAL (x) = (VI+VII+VIII+IX) | 12 | 3.859.036.250,38 | 3.258.334.086,38 |

V - FLUXO DE CAIXA
Ingressos e Dispêndio do Exercício 2022

| DESCRIÇÃO | NE | EXERCÍCIO ATUAL | EXERCÍCIO ANTERIOR |
|---|----|-------------------------|-------------------------|
| FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES | | 2022 | 2021 |
| INGRESSOS | | 3.242.450.564,67 | 2.722.093.427,03 |
| RECEITAS DERIVADAS | | 1.085.360.416,08 | 960.060.038,03 |
| Receita Tributária | | 1.033.244.998,56 | 912.114.276,03 |
| Receita de Contribuições | | 52.115.417,52 | 47.945.762,00 |
| Outras Receitas Derivadas | | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS ORIGINÁRIAS | | 96.145.115,69 | 39.949.879,42 |
| Receita Patrimonial | | 71.768.178,93 | 22.097.247,33 |
| Receita Agropecuária | | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | | 3.573.379,55 | 1.912.971,52 |
| Outras Receitas Originárias | | 20.803.557,21 | 15.939.660,57 |
| Remuneração das Disponibilidades | | 0,00 | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS | | 2.060.945.032,90 | 1.722.083.509,58 |
| Intergovernamentais | | 507.797.027,43 | 418.734.313,43 |
| da União | | 174.911.382,00 | 124.322.197,87 |
| de Estados e Distrito Federal | | 332.885.645,43 | 294.412.115,56 |
| de Municípios | | 0,00 | 0,00 |
| Intragovernamentais | | 287.115.777,98 | 225.981.338,48 |
| Outras Transferências | | 226.711,22 | 0,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas | | 19.856.605,89 | 8.851.791,09 |
| Recebimentos Extraorçamentários | | 1.245.948.910,38 | 1.068.516.066,58 |
| DESEMBOLSOS | | 3.107.734.086,81 | 2.643.526.166,81 |
| PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENT. POR FUNÇÃO | | 760.020.241,89 | 623.712.432,82 |
| Segurança Pública | | 23.366.915,40 | 19.086.578,35 |
| Agricultura | | 7.417.859,28 | 6.608.003,76 |
| Previdência Social | | 86.560.439,44 | 72.804.019,49 |
| Gestão Ambiental | | 9.082.686,84 | 7.897.899,73 |
| Direitos da Cidadania | | 13.612.579,99 | 9.462.447,63 |
| Urbanismo | | 31.638.659,09 | 27.844.155,82 |
| Educação | | 435.771.623,83 | 331.501.844,80 |
| Assistência Social | | 34.356.557,44 | 29.602.745,19 |
| Administração | | 76.605.642,57 | 68.583.839,45 |
| Trabalho | | 921.297,37 | 783.066,76 |
| Cultura | | 6.424.165,15 | 5.525.919,54 |
| Judiciária | | 17.970.344,34 | 14.322.538,66 |
| Encargos Especiais | | 16.291.471,15 | 29.689.373,64 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | 23.195.733,87 | 22.410.510,31 |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | | 7.548.159,19 | 7.326.184,29 |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos da Dívida | | 15.647.574,68 | 15.084.326,02 |
| TRANSFERÊNCIAS | | 2.324.518.111,05 | 1.997.403.223,68 |

| | | | |
|---|--|-----------------------|----------------------|
| Intergovernamentais | | 691.181,64 | 1.382.776,52 |
| da União | | 0,00 | 0,00 |
| de Estados e Distrito Federal | | 691.181,64 | 1.382.776,52 |
| de Municípios | | 0,00 | 0,00 |
| Intragovernamentais | | 505.352.024,23 | 409.959.249,91 |
| Transferências Financeiras Concedidas | | 577.748.960,48 | 518.007.034,47 |
| Pagamentos Extraorçamentários | | 1.240.725.944,70 | 1.068.054.162,78 |
| Outros Desembolsos | | 0,00 | 0,00 |
| Perdas de Investimentos e Aplicações | | 0,00 | 0,00 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DAS OPERAÇÕES | | 134.716.477,86 | 78.567.260,22 |

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | 2022 | 2021 |
|---|--|------------------------|------------------------|
| INGRESSOS | | 1.793.643,55 | 171.843,90 |
| Alienação de Bens | | 1.793.643,55 | 171.843,90 |
| Amortização de Empréstimos e Financiamento Concedidos | | 0,00 | 0,00 |
| DESEMBOLSOS | | 18.792.778,96 | 14.484.613,26 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | | 18.792.778,96 | 14.484.613,26 |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | | 0,00 | 0,00 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTO | | (16.999.135,41) | (14.312.769,36) |

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO | | 2022 | 2021 |
|--|--|----------------------|----------------------|
| INGRESSOS | | 52.929.481,31 | 37.489.018,50 |
| Operações de Créditos | | 52.929.481,31 | 37.489.018,50 |
| DESEMBOLSOS | | 27.706.492,75 | 33.591.003,78 |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | | 27.706.492,75 | 33.591.003,78 |
| FLUXO DE CAIXA LÍQU. DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO | | 25.222.988,56 | 3.898.014,72 |

| APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO | | 2022 | 2021 |
|--|--------------------|-----------------------|----------------------|
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 13 | 142.940.331,01 | 68.152.505,58 |
| Caixa e Equivalente de Caixa Inicial | | 395.687.796,44 | 327.535.290,86 |
| Caixa e Equivalente de Caixa Final | | 538.628.127,45 | 395.687.796,44 |

VI - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

a) Informações Gerais

A Prefeitura do Município de Londrina é o órgão do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ sob nº 75.771.477/0001-70, e está localizado na Av. Duque de Caxias, 635 do Jardim Mazzei II – CEP. 86015.901.

b) Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Município são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e da Lei Complementar nº 101/2000. Cita-se ainda o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), editadas pelo Conselho de Contabilidade, pela *International Federation Of Accountants (IFAC)*, e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, respectivamente.

O objetivo principal das DCASP é fornecer aos usuários e para comunidade informações sobre a gestão do Patrimônio Público do Município e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira, da execução orçamentária, dos fluxos de caixa e financeiros e a outros dados que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo municipal.

As DCASP apresentam as particularidades abaixo elencadas, fruto das características dos procedimentos adotados pelo Município;

- I. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio da unidade de caixa (Lei 4.320/1964), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Desta forma, no Balanço Financeiro os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalente de Caixa;
- II. Na Demonstração de Fluxo de Caixa são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;
- III. Ainda em relação à conta única, a sua utilização em função de arrecadação de receitas e dos demais usos legalmente autorizados, por entidade não integrante do OFSS, podem implicar em saldo residual nas transferências recebidas e concedidas que seja evidenciada tanto no Balanço Financeiro, quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- IV. Apresentação dos saldos utilizados para abertura de créditos adicionais no Balanço Orçamentário cuja fonte de recursos é derivada de Superávit Financeiro, ou seja, recursos que foram arrecadados em exercícios anteriores e apurados mediante a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro no Balanço Patrimonial. Tais recursos não são considerados receitas orçamentárias, pois foram arrecadadas em exercícios anteriores.

2 – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

| PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes) | Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até) | Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de) | Verificação pelo SICONFI (a partir de) |
|---|---|---|--|
| a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas. | Imediato Implantado | Imediato | 2016 (Dados de 2015) |
| b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | Imediato Implantado | Imediato | 2017 (Dados de 2016) |
| c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | 31/12/2015 Implantado | 01/01/2016 | 2017 (Dados de 2016) |
| d) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | 31/12/2017 Implantado | 01/01/2018 | 2019 (Dados de 2018) |
| e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.). | 31/12/2017 Em implantação | 01/01/2018 | 2019 (Dados de 2018) |
| f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência. | 31/12/2019 Parcialmente Implantado | 01/01/2020 | 2021 (Dados de 2020) |
| g) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | 31/12/2019 Não implantado | 01/01/2020 | 2021 (Dados de 2020) |
| h) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura) | 31/12/2019 Não implantado | 01/01/2020 | 2021 (Dados de 2020) |
| i) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | 31/12/2019 (Parcialmente Implantado) | 01/01/2020 | 2021 (Dados de 2020) |
| j) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | 31/12/2019 Parcialmente Implantado | 01/01/2020 | 2021 (Dados de 2020) |
| k) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. | 31/12/2020 Parcialmente Implantado | 01/01/2021 | 2022 (Dados de 2021) |

| | | | |
|---|---|------------|-------------------------|
| l) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas. | 31/12/2020 Não se aplica | 01/01/2021 | 2022 (Dados de 2021) |
| m) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável. | 31/12/2020 Não implantado | 01/01/2021 | 2022 (Dados de 2021) |
| n) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | 31/12/2021 Não implantado | 01/01/2022 | 2023 (Dados de 2022) |
| o) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | 31/12/2022 Não implantado | 01/01/2023 | 2024 (Dados de 2023) |
| p) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP). | 31/12/2022 Não Implantado | 01/01/2023 | 2024 (Dados de 2023) |
| q) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | A ser definido em ato normativo específico. | | |
| r) Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. | A ser definido em ato normativo específico. | | |
| s) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos | A ser definido em ato normativo específico. | | |

A implantação dos procedimentos descritos nos itens de 'a, b, c, d foi finalizada até o exercício de 2019.

O item 'e' referente ao **“Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)”** cujo prazo da 'Obrigatoriedade dos registros contábeis' ocorreu em 31/12/2018, continua em processo de implantação e do ponto de vista de extração de dados, não houve avanço significativo quando comparado ao exercício de 2018, a seguir um breve histórico desse processo:

Os órgãos da administração, desde o início do plano de implantação dos procedimentos contábeis, tomaram ciência através dos documentos emitidos pelo serviço de contabilidade das adequações necessárias aos procedimentos vigentes, no entanto, o software em uso que controla os dados de pessoal no Município foi concebido em 1997 e atendia as necessidades vigentes à época e não se incluía entre elas os cálculos de obrigações por competência. Cogitou-se que os cálculos fossem efetuados de forma manual, porém, ao volume de dados, o procedimento se mostrou impraticável. Também foram destinados estudos e projetos de analistas de sistema para aprimorar o software vigente, mas a solução também envolve mudanças de rotinas e procedimentos mais amplos, tal como elucidado no mesmo plano de implantação.

Concomitante às exigências contábeis temos o governo federal, por meio do E-SOCIAL, que conhecidamente exige novas informações a respeito das informações de pessoal. E, por isso, a ferramenta em uso definitivamente necessitará ser substituída.

A opinião técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) assim acrescenta:

“nossa posição no sentido de que uma tentativa de melhorar tal sistema é nítida perda de tempo, considerando-se mais oportuno e conveniente à Administração Municipal, no contexto atual, a aquisição de uma solução integrada de gestão de pessoas (recursos humanos) (...).”

Assim, em 2019 iniciou-se o processo de implantação do novo Software de RH. Em reunião ocorrida em 17/09/2019 no Gabinete da Secretaria Municipal de Recursos Humanos – SMRH, com a equipe técnica envolvida no processo, verificou-se a necessidade de aproveitar a implantação deste novo Software de RH para aprimorar as informações previstas no Item 'e'. Nessa reunião foram ressaltadas as dificuldades encontradas em registrar as informações pretéritas de férias dos professores, abrindo discussões quanto às formas mais adequadas de levantar as informações para realizar as adequações legais e atender a Portaria 548/2015 STN.

Em 2020, foi locado um sistema de Recursos Humanos, para suprir dentre outras demandas, as de controle das obrigações trabalhistas por competência. A empresa iniciou a implantação e após sucessivas prorrogações e a não implantação prevista contratualmente, foi aberto processo para apuração de eventual responsabilidade e por fim, o sistema ainda não foi implantado.

Em 2022, a SMRH informou que está em andamento, junto a DGLC, o processo de contratação da empresa que será responsável pela parametrização do SIGRH, sistema de Recursos Humanos cedido pelo Estado de Santa Catarina ao município de Londrina.

Item 'f' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.”

O item 'f' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis e Patrimoniais vem sendo atendido para as provisões os Riscos Fiscais Federais e Estaduais, com base nas autuações fiscais emitidas pela Receita Federal Brasileira e Secretaria de Estado da Fazenda. Já as Provisões para Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis, há a dependência da implantação do software jurídico, com o qual a identificação destas obrigações se tornará possível.

Item 'g' – “Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.”

Os passivos contingentes foram registrados com base no Demonstrativo de Riscos Fiscais da LDO, sendo dividido em Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos.

Os Passivos Contingentes totalizam R\$ 6.956.000,00, que correspondem às Demandas Judiciais, Dívidas em processo de Reconhecimento, Avais e Garantias Concedidas e o risco de aporte financeiro ao RPPS – Plano de Previdência Social – CAAPSM.

Os Demais Riscos Fiscais Passivos previstos correspondem basicamente à Frustração da Arrecadação em R\$ 104.650.000,00.

Outro fator que visa melhorar a identificação dos ativos e passivos contingentes depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

Item 'h' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)”

Para atender o Item 'h' do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP), quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens móveis**, o Município iniciou em 2019 o processo de contratação, através do Pregão nº 0205/2019, cujo objeto contratual foi a prestação de serviços de levantamento, avaliação patrimonial e atualização dos bens móveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Londrina, não tendo sido concluídas todas as etapas previstas contratualmente, por tanto, não houve atendimento ao PIP.

Ainda quanto ao Item 'h' do PIP, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do PIP, tendo sido reforçada a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.

Item 'i' – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.”

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos.

Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações, necessitando do reconhecimento dos juros passivos a transcorrer e apropriação por competência.

Item "j" – “Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.”

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e nos casos em que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Item "k" - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.

Há o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições.

Há ressalva quanto ao cumprimento dos respectivos encargos e multas, que no exercício de 2022 foi registrado apenas ao final do exercício, estando em processo de adequação a captação e integração mensal de tais fatos.

Os ajustes para perdas estão sendo registrados mensalmente.

Item “l” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.

Não se aplica à entidade.

Item “m” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.

Os bens intangíveis estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e conseqüentemente não possuem registros de amortização.

Item “n” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques

Não foram realizados os procedimentos de reconhecimento; mensuração; e evidenciação dos estoques, os registros contábeis são realizados pela comparação do saldo existente no sistema informatizado de almoxarifado com o sistema informatizado de contabilidade.

Item “o” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.

Não atendimento, justificativas idem ao item “h”.

Item “p” - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).

Não atendimento, justificativas idem ao item “h”.

3 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Município, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda Funcional

A moeda funcional é o Real. Entretanto, quanto aos saldos em moeda estrangeira, o Município não possui nenhum direito ou obrigação em outras moedas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Depósitos Restituíveis

Em atendimento ao princípio da unidade de caixa ou unidade de tesouraria, conforme determina o art. 56 da Lei no 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Observa-se que o princípio de unidade de caixa estabelece que todos os ingressos e dispêndios do Município sejam controlados em único grupo que representará o Caixa da Entidade. No modelo PCASP, isto ocorre mediante o uso do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no Ativo Circulante.

Neste sentido, os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

d) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis, inclusive a constituição de ajuste para perdas.

e) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

f) Estoques

Compreendem ao almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas, ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

g) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas específicas nas respectivas operações.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

h) Ajustes para Perdas dos Créditos Tributários

O ajuste para perdas de créditos tributários é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

i) Ajuste para Perdas da Dívida Ativa

O ajuste para perdas de dívida ativa é calculado a partir do saldo devedor e do histórico de recebimentos.

j) Investimentos

As participações permanentes, classificadas como participações permanentes e demais investimentos, representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos pelo Município.

Tais itens são mensurados e avaliados de acordo com o nível de influência que possuem, quando apresentam influência significativa, é utilizado o método da equivalência patrimonial e em casos que a influência não seja relevante, emprega-se o método do custo de aquisição.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas, mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

k) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e a reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

l) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

m) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, da redução a valor recuperável, da depreciação, da amortização e da exaustão na Administração Pública Direta têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBCASP, e o MCASP.

n) Passivo circulante e não circulante

As obrigações do Município obedecendo ao regime de competência são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

o) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras do Município a título de empréstimos e financiamento e estão representadas pelas operações de crédito internas – em contratos. Os juros são apropriados mensalmente de acordo com as respectivas taxas e atualizações.

p) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; provisões matemáticas e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O registro contábil das provisões referentes às ações judiciais nas quais o Município figura no polo passivo depende da implantação de um software jurídico contratado pelo município com o qual, acredita-se viabilizar o desenvolvimento de estratégias que possibilite as melhorias de tais controles.

q) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas DCASP, sendo registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas, quando relevantes. No Município os mecanismos de controle ainda não estão totalmente aprimorados de forma que permita a completa contabilização dos ativos e passivos contingentes.

r) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

s.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

s.2) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do Município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

s.3) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorrerem durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Município.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do Município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalente a caixa.

t) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) representa os recursos já entregues pelos sócios proprietários para o aumento do capital social de empresas, porém ainda pendente de integralização.

No modelo PCASP não há uma norma específica que descreva o tratamento para a figura do AFAC. De modo subsidiário, no modelo das IPSAS, a norma de número 28 (Financial Instruments: Presentation – Instrumentos Financeiros: Apresentação), descreve que o AFAC, somente será registrado como um instrumento patrimonial se:

1. O instrumento não possui obrigação contratual de entregar caixa ou ativo financeiro a outra entidade ou trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente desfavoráveis ao emissor;
2. O instrumento será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais do próprio emitente e é um não derivativo que não inclui obrigação contratual de entrega de um número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais ou é um derivativo que será liquidado somente pelo emitente por meio de troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de seus próprios instrumentos patrimoniais.
3. Caso o AFAC não se adeque às condições anteriormente descritas deverá ser registrado e evidenciado como sendo um instrumento financeiro (passivo).

Desta maneira, nas empresas onde o Município é sócio o AFAC é registrado no patrimônio líquido a título de “adiantamento para futuro aumento de capital” e na mesma linha de raciocínio, no Município o ativo é registrado no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no Ativo Não Circulante.

u) Diretrizes gerais de remuneração das Empresas Estatais Municipal

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das sociedades de economia mista e demais empresas controladas pelo Município.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando este é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

4 – Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções nos valores evidenciados.

Houve a permanência de restrições contábeis ao final do exercício de 2022, das quais as justificativas baseiam-se nas respostas dos gestores dos órgãos onde a informação contábil é originada, com finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Foram detectadas as seguintes restrições contábeis:

- **Imobilizado** – os valores constantes nesse subgrupo contábil não atendem aos procedimentos contábeis patrimoniais, não tendo ocorrido o inventário, levantamento dos valores e, portanto, sem a aplicação da depreciação, amortização e exaustão dos bens móveis e imóveis.
 - os **bens móveis**, o Município, por meio do Decreto 566/2022 estabeleceu as diretrizes para realização de levantamentos de bens nos órgãos da administração direta, por meio de comissões, porém não houve a conclusão dessa etapa, o que impossibilitou a sequência de avaliação e aplicação da depreciação.
 - os **bens imóveis**, não houve avanço no cumprimento do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, tendo sido reforçado ao setor responsável a necessidade de cumprimento deste item ao departamento de gestão dos bens imóveis.
 - Os **bens intangíveis** estão sendo registrados conforme a incorporação decorrente da execução orçamentária, estando carente de reconhecimento, mensuração, evidenciação, amortização e baixas. Não há a determinação da vida útil e consequentemente não possuem registros de amortização.
- **Estoques** - os valores constantes nesse subgrupo contábil são resultantes de lançamentos de conciliação entre os sistemas contábil e de almoxarifado por não existir integração automatizada. Outro ponto que restringe a confiabilidade e fidelidade das informações é a ausência de inventário periódico.
- **Obrigações trabalhistas por competência** – não há integração entre os sistemas de recursos humanos e o sistema de contabilidade. Os valores a pagar relativos às obrigações com Licença-Prêmio e Férias não foram contempladas nos registros contábeis. A Secretaria Municipal de Recursos Humanos informou que está em andamento, junto a Secretaria Municipal de Gestão Pública, o processo de contratação da empresa que será responsável pela parametrização do SIGRH, sistema de Recursos Humanos cedido pelo Estado de Santa Catarina ao município de Londrina.

I – BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

5 – Balanço Patrimonial – Contas do Ativo**5.1 Caixa e Equivalente a Caixa**

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando 100% segmentado em “Moeda Nacional”.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente a Caixa

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|------------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA | 525.587.271,05 | 100,0 | 387.771.621,09 | 100,0 | 35,5 |
| Caixa | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Conta Única | 37.372.716,26 | 7,1 | 3.643.559,84 | 0,9 | 925,7 |
| Aplicações Financeiras: | 488.214.554,79 | 92,9 | 384.128.061,25 | 99,1 | 27,1 |
| Poupanças | 6.411.504,62 | 1,2 | 3.658.771,84 | 0,9 | 75,2 |
| Fundo de Aplicações Financeiras | 481.803.050,17 | 91,7 | 380.469.289,41 | 98,1 | 26,6 |

A seguir é demonstrada a composição da conciliação bancária:

Tabela 2 – Composição da Conciliação Bancária

| COMPOSIÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Saldo dos extratos financeiros no final do exercício | 510.662.271,95 | 97,16 | 384.151.496,41 | 102,2 | 32,9 |
| (+) Entrada contabilizada e não consideradas nos extratos | 38.071.236,56 | 7,24 | 29.327.518,55 | 7,8 | 29,8 |
| (-) Saídas contabilizadas e não consideradas nos extratos | -23.138.376,74 | -4,40 | -37.611.707,36 | -10,0 | -38,5 |
| Saldo dos extratos financeiros ajustados pela conciliação bancária | 525.595.131,77 | 100,00 | 375.867.307,60 | 100,0 | 39,8 |
| Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA" | 525.587.271,05 | 100,00 | 387.771.621,09 | 103,2 | 35,5 |
| (+) Entradas não consideradas pela contabilidade | 74.484,48 | 0,01 | 244.859,42 | 0,1 | -69,6 |
| (-) Saídas não consideradas pela contabilidade | -66.623,76 | -0,01 | -12.149.172,91 | -3,2 | -99,5 |
| Saldo contábil "CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA" ajustado p/conciliação bancária | 525.595.131,77 | 100,00 | 375.867.307,60 | 100,0 | 39,8 |

Desta forma, o saldo contábil ajustado pela conciliação bancária para o Grupo de Contas Caixa e Equivalentes de Caixa é de **R\$ 525,6 milhões**.

5.2 - Créditos a Receber

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (I) a curto prazo e (II) a longo prazo. Na tabela a seguir é apresentada a composição em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|
| CRÉDITOS A CURTO PRAZO (I) | 1.786.886.132,30 | 100,0 | 1.647.604.237,56 | 100,0 | 8,5 |
| CRÉDITOS TRIBUTÁRIO A RECEBER | 116.167.456,87 | 6,5 | 113.449.720,90 | 6,9 | 2,4 |
| Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU | 41.402.145,21 | 2,3 | 41.983.548,61 | 2,5 | -1,4 |
| Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI | 3.687.890,80 | 0,2 | 5.490.972,43 | 0,3 | -32,8 |
| Impostos Sobre Serviços - ISS | 70.419.537,35 | 3,9 | 65.230.019,55 | 4,0 | 8,0 |
| Taxas | 657.883,51 | 0,0 | 745.180,31 | 0,0 | -11,7 |
| Contribuição de Melhoria | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Contribuição p/Custeio do Serv. Ilumin. Pública | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER | 18.879.404,53 | 1,1 | 14.208.064,99 | 0,9 | 32,9 |
| Crédito de Transf. a Receber - Inter OFSS - União | 3.962.055,95 | 0,2 | 4.288.921,38 | 0,3 | -7,6 |
| Cota-Parte Fundo de Particip. dos Municípios.- Restos a Receber | 3.838.166,40 | 0,2 | 5.201.634,09 | 0,3 | -26,2 |

| | | | | | |
|---|--------------------------|--------------|--------------------------|--------------|--------------|
| Cota-Parte do IPI Sobre Exportação - Restos a Receber | 123.889,55 | 0,0 | 157.063,49 | 0,0 | -21,1 |
| (-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber | 0,00 | 0,0 | -1.069.776,20 | -0,1 | -100,0 |
| Crédito de Transf.a Receber - Inter OFSS - Estado | 14.917.348,58 | 0,8 | 9.919.143,61 | 0,6 | 50,4 |
| Cota-Parte do ICMS - Restos a Receber - Restos a Receber | 2.136.472,58 | 0,1 | 887.961,73 | 0,1 | 140,6 |
| Cota-Parte do IPVA - Restos a Receber | 8.527.856,52 | 0,5 | 6.870.133,46 | 0,4 | 24,1 |
| Transferências de Recursos do Fundeb - Restos a Receber | 4.253.019,48 | 0,2 | 3.712.666,78 | 0,2 | 14,6 |
| (-) Dedução para Formação do Fundeb - Restos a Receber | 0,00 | 0,0 | -1.551.618,36 | -0,1 | -100,0 |
| DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA | 1.174.544.853,00 | 65,7 | 1.068.897.084,71 | 64,9 | 9,9 |
| Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU | 509.111.078,14 | 28,5 | 476.104.604,31 | 28,9 | 6,9 |
| Imposto Transmissão Bens Imóveis - ITBI | 4.009.241,62 | 0,2 | 3.114.791,28 | 0,2 | 28,7 |
| Impostos Sobre Serviços - ISS | 574.143.557,86 | 32,1 | 502.521.985,92 | 30,5 | 14,3 |
| Contribuição de Melhoria | 3.877.210,66 | 0,2 | 4.668.273,70 | 0,3 | -16,9 |
| T a x a s | 79.392.345,87 | 4,4 | 78.324.697,04 | 4,8 | 1,4 |
| Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária | 3.941.923,83 | 0,2 | 4.087.125,55 | 0,2 | -3,6 |
| Outros Créditos da Dívida Ativa Tributária-COSIP | 69.495,02 | 0,0 | 75.606,91 | 0,0 | -8,1 |
| DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA | 477.294.417,90 | 26,7 | 451.049.366,96 | 27,4 | 5,8 |
| Impugnações e Imposições | 151.778.013,24 | 8,5 | 126.769.499,55 | 7,7 | 19,7 |
| Outras Dívida Ativa de Demais Cred. Não Tribut.a C. Prazo | 325.516.404,66 | 18,2 | 324.279.867,41 | 19,7 | 0,4 |
| (-) PREVISÃO DE PERDAS DE CRÉDITOS (II) | -1.748.290.599,30 | -97,8 | -1.305.504.608,54 | -79,2 | 33,9 |
| (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo (II) | -1.748.290.599,30 | -97,8 | -1.305.504.608,54 | -79,2 | 33,9 |
| TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS (i) - (II) | 38.595.533,00 | 2,2 | 342.099.629,02 | 20,8 | -88,7 |

5.2.1 - Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo

Os créditos tributários a receber referem-se a Tributos lançados contra contribuintes e pendentes de quitação.

5.2.2 - Créditos de Transferências a Receber

Os Créditos de Transferências a Receber compreendem o registro patrimonial, considerando o regime de competência, dos valores que o Município tem a receber da União e do Governo do Estado do Paraná, relativos às transferências constitucionais.

5.2.2.1 - Dívida Ativa Tributária

A Dívida Ativa Tributária abrange os créditos a favor do Município, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.

A Secretaria Municipal de Fazenda responde por praticamente 100% do saldo existente na Dívida Ativa Tributária. A gestão Dívida Ativa está a cargo da Procuradoria-Geral do Município de forma integrada.

A composição demonstrada a acima da Dívida Ativa Tributária é composta de impostos, taxas, contribuições e outros créditos da Dívida Ativa Tributária.

5.2.2.2 - Dívida Ativa Não Tributária

Os créditos provenientes das demais origens, demonstrados nesta tabela, são considerados Dívida Ativa Não Tributária, que corresponde Contribuições de Iluminação Pública, Impugnações e Imposições e outros Créditos a Receber.

5.2.2.3 (-) Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo

Tabela 4 – Detalhamento dos Ajustes de Perdas de Crédito a curto prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|--------------------------|--------------|--------------------------|--------------|-------------|
| AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO | -1.748.290.599,30 | 100,0 | -1.305.504.608,54 | 100,0 | 33,9 |
| 1. Ajuste de Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas | -2.109.226,59 | 0,1 | -56.606.741,99 | 4,3 | -96,3 |

| | | | | | |
|--|-------------------|------|-------------------|------|-------|
| 2. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários | -14.022.561,48 | 0,8 | -12.142.900,68 | 0,9 | 15,5 |
| 3. Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária | -1.165.015.204,31 | 66,6 | -1.061.630.538,65 | 81,3 | 9,7 |
| 4. Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária | -468.884.567,43 | 26,8 | -175.124.427,22 | 13,4 | 167,7 |
| 5. Ajuste de Outras Perdas de Crédito | -98.259.039,49 | 5,6 | 0,00 | 0,0 | - |

O cálculo do ajuste para perdas dos créditos foi realizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda e foi obtido com base no Histórico de Recebimentos Passados, conforme as informações dispostas no resumo da tabela a seguir.

AJUSTE DE PERDAS PARA 2022

1) Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotado a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2019, 2020 e 2021), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

| | | |
|---------------------------------------|--|----------------|
| 1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00 | - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA | 99,215% |
| 1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00 | - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU | 98,579% |
| 1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00 | - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI | 99,098% |
| 1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00 | - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS | 99,794% |
| 1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00 | - AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS | 98,714% |
| 1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00 | - AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 99,332% |

2) Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respeetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

| | |
|--|----------------|
| (-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA | 98,238% |
|--|----------------|

3) Para realizar o "Ajuste de Perdas de Créditos Tributários" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respeetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:

| | | |
|---------------------------------------|---|----------------|
| 1.1.2.9.1.02.01.00.00.00.00.00 | (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS | 10,236% |
| 1.1.2.9.1.02.01.01.00.00.00.00 | - (-) IPTU | 8,489% |
| 1.1.2.9.1.02.01.02.00.00.00.00 | - (-) ITBI | 5,174% |

| | | |
|---------------------------------------|--|---------------|
| 1.1.2.9.1.02.01.03.00.00.00.00 | - (-) ISS | 14,637% |
| 1.1.2.9.1.02.01.04.00.00.00.00 | - (-) TAXAS | 1,202% |
| 1.1.2.9.1.02.01.04.01.00.00.00 | - (-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA | 2,064% |
| 1.1.2.9.1.02.01.04.02.00.00.00 | - (-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 0,997% |
| 1.1.2.9.1.02.01.05.00.00.00.00 | - (-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 0,000% |

4) Para realizar o “**Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários**” foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:

(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS **70,984%**

5.3 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores estão segregados em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---|-----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO E LONGO PRAZO | 172.987.188,95 | 1.166.150,56 | 174.153.339,51 | 146.099.055,16 | 1.706.832,30 | 147.805.887,46 |
| Tributos a Recuperar / Compensar - Inter OFSS - União | 3.558.413,88 | 0,00 | 3.558.413,88 | 3.558.413,88 | 0,00 | 3.558.413,88 |
| Créditos por Danos ao Patrimônio | 17.479.339,20 | 0,00 | 17.479.339,20 | 17.109.463,20 | 0,00 | 17.109.463,20 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 11.518.265,73 | 0,00 | 11.518.265,73 | 6.331.802,97 | 0,00 | 6.331.802,97 |
| Outros Créditos a Receber e Valores a Curto e Longo Prazo | 141.395.100,87 | 1.166.150,56 | 142.561.251,43 | 119.099.375,11 | 1.706.832,30 | 120.806.207,41 |
| (-) Ajuste de perdas de demais créditos e valores a curto prazo | -963.930,73 | 0,00 | -963.930,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

O subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo” apresentou um aumento de 17,8 % em comparação ao final do exercício anterior.

A seguir são apresentados os detalhamentos das contas no curto e Longo prazo.

5.3.1 – Tributos a Recuperar/ Compensar

Contribuição ao INSS (RGPS) a compensar no valor de R\$ 3.558.413,88, que corresponde ao direito reconhecido referente à contribuição previdenciária (cota patronal) incidente sobre os subsídios de cargos eletivos municipais (Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores), presente nos autos nº **2005.70.01.007123-4**. Encontra-se em análise a forma de compensação a ser realizada após o deferimento do pedido de habilitação do crédito perante a Secretaria da Receita Federal.

5.3.2 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Valores apurados em Tomada de Contas Especial decorrentes de reprovação na prestação de contas de convênios e subvenções.

5.3.3 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

5.3.3.1 – Depósitos Judiciais de R\$ 5.760,85 que correspondem a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento;

5.3.3.2 – Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório – Controlados pelo Tribunal de Justiça apresenta um saldo de R\$ 11.512.504,88, cujos valores são efetuados mensalmente para pagamentos de precatório e posterior baixa das obrigações.

5.3.3.3 – Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Dentre os Outros Créditos a Receber do Município, o maior volume concentra-se na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Honorários Advocatícios, finalizando o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 89,2 milhões e na conta de Créditos a Receber Decorrentes de Autos de Infração, que finalizou o exercício de 2022 com saldo de R\$ 38,1 milhões.

5.4 - Estoques

Os estoques classificados em almoxarifado se destinam ao consumo próprio nas atividades desenvolvidas pelo Município e estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 6 – Estoque em Almoxarifado

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|----------------------|--------------|---------------------|--------------|-------------|
| ALMOXARIFADO - Estoque | 13.405.082,90 | 100,0 | 7.121.385,82 | 100,0 | 88,2 |
| Material de Consumo | 2.193.154,94 | 16,4 | 1.693.261,49 | 23,8 | 29,5 |
| Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios | 30.448,23 | 0,2 | 29.489,13 | 0,4 | 3,3 |
| Materiais de Construção | 6.814.009,87 | 50,8 | 4.335.817,04 | 60,9 | 57,2 |
| Diesel - Combustível | 185.758,22 | 1,4 | 136.723,55 | 1,9 | 35,9 |
| Combustíveis e Lubrificantes em Geral | 45.218,85 | 0,3 | 82.910,99 | 1,2 | -45,5 |
| Autopeças | 282.879,88 | 2,1 | 348.094,61 | 4,9 | -18,7 |
| Materiais de Expediente | 3.853.612,91 | 28,7 | 495.089,01 | 7,0 | 678,4 |

5.5 - Investimentos

Os investimentos do Município são reunidos em participações permanentes, propriedade para investimentos, demais investimentos permanentes e consórcios públicos ajustados dentro da participação proporcional de equivalência patrimonial e/ou, pela atualização do mercado, distribuídos nas seguintes participações:

Tabela 7 - Investimentos

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| INVESTIMENTOS | 150.666.445,96 | 100,0 | 134.184.679,11 | 100,0 | 12,3 |
| Participações Avaliadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial | 150.626.075,16 | 100,0 | 134.144.062,23 | 100,0 | 12,3 |
| Participações em Empresas | 127.774.949,99 | 84,8 | 108.595.902,87 | 80,9 | 17,7 |
| Companhia de Habitação de Londrina - Cohab-Ld | 120.858.025,72 | 80,2 | 102.123.849,60 | 76,1 | 18,3 |
| Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina - TRL | 103.097,11 | 0,1 | 97.353,27 | 0,1 | 5,9 |
| Londrina Iluminação S/A. | 6.813.827,16 | 4,5 | 6.374.700,00 | 4,8 | 6,9 |
| Participações em Consórcios Públicos | 1.565.955,97 | 1,0 | 1.269.769,12 | 0,9 | 23,3 |
| Consórcio Interm. Seg. Públ. e Cidade e Região-Cismel | 1.294.455,97 | 0,9 | 1.058.269,12 | 0,8 | 22,3 |
| Consórcio Interm.p/Des.Reg.Bacia Cafezal-Cidrebac | 271.500,00 | 0,2 | 211.500,00 | 0,2 | 28,4 |
| Adiantamento para Aumento de Capital | 21.285.169,20 | 14,1 | 24.278.390,24 | 18,1 | -12,3 |
| Adiantamento para Aumento de Capital de Empresas | 21.285.169,20 | 14,1 | 24.278.390,24 | 18,1 | -12,3 |
| Participações Avaliadas Pelo Método de Custos | 40.370,80 | 0,0 | 40.616,88 | 0,0 | -0,6 |
| Participações em Empresas | 40.370,80 | 0,0 | 40.616,88 | 0,0 | -0,6 |
| Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA | 14.879,60 | 0,0 | 14.879,60 | 0,0 | 0,0 |
| Petróleo Brasileiro S/A. - Petrobras | 5.017,76 | 0,0 | 6.236,56 | 0,0 | -19,5 |
| Central de Abastecimento do Paraná S/A - Ceasa-Pr | 20.473,44 | 0,0 | 19.500,72 | 0,0 | 5,0 |

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, já as demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição.

O Município participa como consorciado, de entidades de consórcios públicos que prestam serviços a diversos municípios de abrangência regional, das quais as despesas são de rateio com municípios integrante de cada consórcio, em serviço de segurança pública e de conservação de estradas rurais.

A participação nas empresas estatais independentes, Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S/A. apresentou valores zerados na conta de investimento, tendo em vista que o patrimônio líquido das empresas é deficitário e consequentemente passou a serem representados no passivo proporcional à participação do Município conforme tabela da [Nota 6.6.2.](#)

5.6 – Imobilizado

O imobilizado do Município está segregado em dois grupos (I) bens móveis; e (II) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição.

Tabela 8 – Imobilizado

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---------------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|
| IMOBILIZADO | 2.629.668.377,87 | 100,0 | 2.503.818.149,36 | 100,0 | 5,0 |
| Bens Móveis | 152.744.001,25 | 5,8 | 129.878.352,56 | 5,2 | 17,6 |
| Bens Móveis | 154.280.177,78 | 5,9 | 131.476.517,57 | 5,3 | 17,3 |
| (-) Depreciação de Bens Móveis | -1.536.176,53 | -0,1 | -1.598.165,01 | -0,1 | -3,9 |
| Bens Imóveis | 2.476.924.376,62 | 94,2 | 2.373.939.796,80 | 94,8 | 4,3 |
| Bens Imóveis | 2.476.924.376,62 | 94,2 | 2.373.939.796,80 | 94,8 | 4,3 |
| (-) Depreciação de Bens Imóveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

5.6.1 Bens Móveis

Em 31/12/2022, o valor líquido contábil dos bens móveis do Município foi de R\$ 129,8 milhões, conforme detalhamento apresentado abaixo.

Tabela 9 – Bens Móveis

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| BENS MÓVEIS | 152.744.001,25 | 100,0 | 129.878.352,36 | 100,0 | 17,6 |
| MÓVEIS | 154.280.177,78 | 101,0 | 131.476.517,57 | 101,2 | 17,3 |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 47.710.938,76 | 31,2 | 40.549.150,54 | 31,2 | 17,7 |
| Bens de Informática | 28.841.370,94 | 18,9 | 22.705.660,92 | 17,5 | 27,0 |
| Móveis e Utensílios | 22.796.253,20 | 14,9 | 17.592.961,90 | 13,5 | 29,6 |
| Materiais Culturais, Educação e de Comunicação | 5.699.173,24 | 3,7 | 4.311.642,92 | 3,3 | 32,2 |
| Veículos | 45.609.755,57 | 29,9 | 43.645.577,88 | 33,6 | 4,5 |
| Armamentos | 1.426.721,95 | 0,9 | 737.608,16 | 0,6 | 93,4 |
| Demais Bens Móveis | 2.195.964,12 | 1,4 | 1.933.915,25 | 1,5 | 13,6 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA | -1.536.176,53 | -1,0 | -1.598.165,21 | -1,2 | -3,9 |
| (-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis | -1.536.176,53 | -1,0 | -1.598.165,21 | -1,2 | -3,9 |

5.6.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis correspondem a 94,2% do subgrupo de contas do Imobilizado e estão segregados de acordo com as tabelas abaixo:

Tabela 10 – Bens Imóveis

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|------------------|------|-----|------|-----|-----|
|------------------|------|-----|------|-----|-----|

| BENS IMÓVEIS | 2.476.924.376,62 | 100,0 | 2.373.979.796,80 | 100,0 | 4,3 |
|--|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|------------|
| Bens de Uso Especial | 940.792.653,67 | 38,0 | 934.758.841,54 | 39,4 | 0,6 |
| Bens Dominicais | 94.658.794,83 | 3,8 | 83.175.497,78 | 3,5 | 13,8 |
| Bens de Uso Comum do Povo | 1.374.186.127,30 | 55,5 | 1.309.199.685,55 | 55,1 | 5,0 |
| Bens Imóveis em Andamento | 49.607.743,90 | 2,0 | 31.799.979,76 | 1,3 | 56,0 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 10.900.096,91 | 0,4 | 8.266.832,16 | 0,3 | 31,9 |
| Demais Bens Imóveis | 6.778.960,01 | 0,3 | 6.778.960,01 | 0,3 | 0,0 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

5.6.2.1 - Bens de Uso Especial

Os Bens Imóveis de Uso Especial correspondem a 38% dos bens imóveis e são aqueles afetados às finalidades das atividades públicas municipais, conforme detalhamento apresentado nas tabelas abaixo.

Tabela 11 - Bens de Uso Especial

| DESCRIÇÃO DA CONTA | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|------------|
| BENS DE USO ESPECIAL | 940.792.653,67 | 100,0 | 934.758.841,54 | 100,0 | 0,6 |
| Terrenos e Glebas | 683.568.797,60 | 72,7 | 676.718.278,52 | 72,4 | 1,0 |
| Imóveis de Uso Educacional | 134.959.855,19 | 14,3 | 133.343.874,54 | 14,3 | 1,2 |
| Edifícios | 55.643.733,92 | 5,9 | 58.082.932,96 | 6,2 | -4,2 |
| Imóveis de Uso Recreativos | 29.287.679,89 | 3,1 | 29.325.129,45 | 3,1 | -0,1 |
| Aeroportos, Estações e Aeródromos | 15.626.785,90 | 1,7 | 15.596.979,01 | 1,7 | 0,2 |
| Hospitais e Unidades de Saúde | 9.502.407,03 | 1,0 | 9.488.252,92 | 1,0 | 0,1 |
| Aquartelamentos (Bombeiros) | 6.319.759,87 | 0,7 | 6.319.759,87 | 0,7 | 0,0 |
| Cemitérios | 2.645.020,00 | 0,3 | 2.645.020,00 | 0,3 | 0,0 |
| Museus/Palácios | 2.135.234,48 | 0,2 | 2.135.234,48 | 0,2 | 0,0 |
| Armazéns/Galpões | 717.028,83 | 0,1 | 717.028,83 | 0,1 | 0,0 |
| Imóveis Comerciais | 230.093,57 | 0,0 | 230.093,57 | 0,0 | 0,0 |
| Outros Bens de Uso Especial | 139.565,15 | 0,0 | 139.565,15 | 0,0 | 0,0 |
| Imóveis Residenciais | 16.692,24 | 0,0 | 16.692,24 | 0,0 | 0,0 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

5.6.2.2 - Bens Dominicais

Os bens dominicais são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico.

Tabela 12 - Bens Dominicais

| DESCRIÇÃO DA CONTA | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|----------------------|--------------|----------------------|--------------|-------------|
| BENS DOMINICAS | 94.658.794,83 | 100,0 | 83.175.497,78 | 100,0 | 13,8 |
| Edifícios - Operações Ordinárias | 4.159.619,99 | 4,4 | 49.325,01 | 0,1 | 8333,1 |
| Terrenos - Operações Ordinárias | 76.403.162,23 | 80,7 | 76.573.962,30 | 92,1 | -0,2 |
| Lotes | 7.062.361,08 | 7,5 | 0,00 | 0,0 | - |
| Glebas Urbanizadas | 481.441,06 | 0,5 | 0,00 | 0,0 | - |
| Outros Bens Dominicais | 6.552.210,47 | 6,9 | 6.552.210,47 | 7,9 | 0,0 |
| Edificações FNHIS - Habitação de Interesse Social | 4.047.132,96 | 4,3 | 4.047.132,96 | 4,9 | 0,0 |
| Terrenos FNHIS - Habitação de Interesse Social | 2.505.077,51 | 2,6 | 2.505.077,51 | 3,0 | 0,0 |
| (-) DEPRECIÇÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

| | | | | | |
|--|------|-----|------|-----|-----|
| (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
|--|------|-----|------|-----|-----|

Os Bens Imóveis Dominiais correspondem a 3,8% dos Bens Imóveis e são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio de domínio público, não possuem uma destinação específica, como os bens de uso especial e não estão afetados ao uso comum do povo.

O Município participa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de interesse social, do Governo Federal, que visa ações de integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária – urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho, renda e capacitação profissional nestas áreas; a articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas; a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor; e o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade.

5.6.2.3 - Bens Uso Comum do Povo

Bens de uso comum do povo: são bens públicos, destinados ao uso da população. Ex.: ruas, praças, pontes, viadutos, áreas de lazer, etc. As regras para o uso desses bens serão determinadas em legislação de cada um dos entes proprietários.

Tabela 13 - Bens de Uso Comum do Povo

| DESCRIÇÃO DA CONTA | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|------------|
| BENS DE USO COMUM DO POVO | 1.374.186.127,30 | 100,0 | 1.309.199.685,55 | 100,0 | 5,0 |
| Ruas, Logradouros e Estradas | 532.893.330,94 | 38,8 | 490.052.607,60 | 37,4 | 8,7 |
| Praças, Parques e Bosques | 714.198.344,84 | 52,0 | 712.284.917,58 | 54,4 | 0,3 |
| Pontes e Viadutos | 33.668.996,28 | 2,5 | 33.668.996,28 | 2,6 | 0,0 |
| Outros Bens de Uso Comum do Povo - Iluminação Pública / Galerias | 93.425.455,24 | 6,8 | 73.193.164,09 | 5,6 | 27,6 |
| (-) DEPRECIACÃO, EXAUS. E AMORTIZ. ACUMULADA | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| (-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

Quanto aos Bens de Uso Comum do Povo correspondem a 55,5% dos Bens Imóveis, sendo quase sua totalidade composta de Ruas, Logradouros e Estradas, Pontes e Viadutos, Praças, Parques e Bosques.

5.6.2.4 – Outros Bens Imóveis Quanto a Característica de Utilização ou Destinação

Referem-se a bens imóveis que se encontram em processo de construção, ou seja, obras em andamento, antes da apuração de seus custos. Nesse conjunto de bens também existem benfeitorias executadas em bens de propriedade de terceiros, de imóveis pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, assim como da Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld, como escolas, centros de convivência, áreas de lazer, edifícios públicos e outros, que foram cedidos ou dado em permissão de uso para o Município para o atendimento de suas atividades junto à comunidade.

Tabela 14 – Outros Bens Imóveis Quanto a Utilização

| DESCRIÇÃO DA CONTA | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|----------------------|--------------|----------------------|--------------|-------------|
| OUTROS BENS IMÓVEIS QUANTO A DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO | 67.286.800,82 | 100,0 | 46.825.771,93 | 100,0 | 43,7 |
| Bens Imóveis em Andamento | 49.607.743,90 | 73,73 | 31.759.979,76 | 67,8 | 56,2 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros (Cohab-Ld) | 10.900.096,91 | 16,20 | 8.286.832,16 | 17,7 | 31,5 |
| Demais Bens Imóveis - Terrenos de Terceiros em Posse do Ente | 6.778.960,01 | 10,07 | 6.778.960,01 | 14,5 | 0,0 |

5.6.2.4.1 – Bens Imóveis em Andamento

As Obras em Andamento, e os Estudos e Projetos, cujo saldo no final do período foi de R\$ 49,6 milhões, representa 2%, no grupo dos bens imóveis, que correspondente construção de edificações e reformas de escolas, edifícios públicos, readequação viárias, pavimentação e recape asfáltico, viadutos e no saneamento básico na recuperação fundo de vales. Na demonstração comparativa das obras em andamento com o exercício anterior, nota-se uma variação de 56,2%, que no quadro abaixo, são detalhadas por bem, demonstrando as conclusões e incorporações no exercício de 2022.

Tabela 15 – Demonstrativo das Obras em Andamento no Final do Exercício

| DESCRIÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO | | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|--|---------------|---------------|
| CÓDIGO | OBRAS EM ANDAMENTO | 49.357.407,59 | 31.660.998,13 |
| ED21000001 | EDIFICAÇÃO VIADUTO DA AVENIDA RIO BRANCO | 14.482.113,47 | 4.705.060,83 |
| ED11000024 | TEATRO MUNICIPAL DE LONDRINA DO COMPLEXO "MARCO ZERO" | 9.783.452,94 | 9.783.452,94 |
| ED11000085 | E.M. SAN IZIDRO DO JARDIM SAN IZIDRO | 5.074.854,22 | 0,00 |
| ED11000031 | GINÁSIO DE ESPORTE PROFESSOR DARCI CORTEZ " MORINGÃO " | 4.705.185,81 | 0,00 |
| BI15000195 | AVENIDA LUIGI AMORESE | 2.248.888,54 | 0,00 |
| ED18000017 | TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO OURO VERDE | 1.764.968,42 | 0,00 |
| ED15000025 | EM VILMA RODRIGUES CONJUNTO RESIDENCIAL TERRA NOVA - HEIMTAL | 1.478.189,59 | 0,00 |
| BI18000236 | TERRENO QUADRA 35 CENTRO COM 9.026,970 M ² - BOSQUE MUNICIPAL | 1.101.003,85 | 1.101.003,85 |
| BI21000005 | RUA PIAUÍ - PROLONGAMENTO BOSQUE | 990.528,16 | 990.528,16 |
| ED18000015 | TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO ACAPULCO | 847.418,43 | 0,00 |
| BI22000018 | RUA MARSELHA | 712.876,27 | 0,00 |
| BI17000086 | RUA BRASIL | 683.763,84 | 0,00 |
| ED11000014 | ESTÁDIO MUNICIPAL JACY SCAFF - " ESTÁDIO DO CAFÉ " - EDIFICAÇÃO | 515.041,51 | 0,00 |
| BI15000227 | RUA TREMEMBÉS | 442.368,92 | 0,00 |
| BI18000048 | TERRENO QUADRA 36 CENTRO COM 11.307,47 M ² - BOSQUE MUNICIPAL | 406.379,96 | 406.379,96 |
| ED15000026 | QUADRA DE VOLEI DE AREIA DESCOBERTA NO JARDIM MARINGÁ - FUNDO DE | 401.083,32 | 0,00 |
| ED22000020 | PRAÇA 10 - REVITALIZAÇÃO | 337.686,16 | 0,00 |
| BI17000087 | RUA URUGUAI | 320.930,74 | 0,00 |
| ED22000021 | PARQUE 2 - NOVO SABARÁ | 306.824,73 | 0,00 |
| BI20000131 | RUA 01 COM 23.665,64 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 275.527,25 | 216.989,04 |
| ED22000022 | PRAÇA COLUMBIA C - CALÇADAS | 219.740,27 | 0,00 |
| BI21001983 | LOGRADOURO PÚBLICO DO JARDIM ACAPULCO | 203.441,98 | 0,00 |
| BI20000132 | RUA 02 COM 19.339,17 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 193.275,82 | 149.860,46 |
| BI21000996 | RUA ACYLINO AUGUSTO DO NASCIMENTO (RUA M) | 184.213,99 | 0,00 |
| ED11000137 | TERMINAL URBANO DE TRANSPORTE COLETIVO LONDRINA | 172.050,39 | 0,00 |
| BI22000210 | AVENIDA AVELINO GUSTAVO VIEIRA | 151.382,84 | 0,00 |
| BI20000136 | RUA 06 COM 16.632,38 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 144.330,20 | 113.665,97 |
| BI20000137 | RUA 07 COM 28.418,97 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 143.355,22 | 112.898,14 |
| BI20000031 | AVENIDA 02A/02B COM 28.959,36 M ² - CIDADE IND. DE LONDRINA II (Lote 285/289-A) | 129.946,66 | 102.338,33 |
| BI20000141 | AVENIDA 01 COM 17.858,65 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289- | 124.304,77 | 100.206,64 |
| BI22000019 | AVENIDA VINICIUS DE MORAES | 91.000,00 | 0,00 |
| ED22000014 | CALÇADAS PRAÇA SEBASTIAO DOS REIS PAULA | 89.253,69 | 0,00 |
| BI20000029 | RUA 03 COM 3.701,50 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A) | 86.189,28 | 67.772,06 |
| BI20000135 | RUA 05 COM 5.044,47 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 80.633,81 | 63.502,43 |
| BI19000118 | RUA BAHIA (PATRIMÔNIO LERROVILLE) | 67.873,06 | 0,00 |
| BI14001049 | TERRENO - AREA VERDE COM 46.304,924 M ² - C.H. ERNANI MOURA LIMA | 57.549,21 | 0,00 |
| BI20000134 | RUA 04 COM 3.924,31 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 49.749,50 | 39.179,77 |
| ED22000008 | ESCOLA MUNICIPAL TRABALHO CAMPO SABER | 48.260,10 | 0,00 |
| ED22000010 | CALÇADAS PRAÇA VIRGILIO MAGRO | 44.556,47 | 0,00 |
| BI15000119 | AVENIDA GUILHERME DE ALMEIDA | 36.508,25 | 0,00 |
| ED22000009 | CALÇADAS RESERVA FLORESTAL 2 DO CH MARIA CECÍLIA SERRANO DE | 31.905,73 | 0,00 |
| BI16001232 | TERRENO PRAÇA 7 COM 4.261,22 M ² DO CONJUNTO HABITACIONAL OSCAVO | 27.869,33 | 0,00 |
| BI20000133 | RUA 03 COM 4.022,62 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote | 26.645,68 | 20.984,57 |

| 285/289-B) | | | |
|--------------------|--|----------------------|----------------------|
| BI20000027 | RUA 01 COM 2.153,95 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A) | 25.077,36 | 19.749,45 |
| ED21000007 | SPL 2 CAMPO DE FUTEBOL E ARQUIBANCADAS C.H. LUIZ DE SÁ | 22.234,49 | 0,00 |
| BI20000028 | RUA 02 COM 1.812,03 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A) | 19.146,80 | 15.078,89 |
| BI20000030 | AVENIDA 01 COM 8.558,92 - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA II (Lote 285/289-A) | 3.807,95 | 3.807,95 |
| BI21000729 | AVENIDA GIL DE ABREU E SOUZA | 2.068,80 | 0,00 |
| BI20000140 | RUA 10 COM 650,84 M ² - CIDADE INDUSTRIAL DE LONDRINA (Lote 285/289-B) | 1.949,81 | 1.949,81 |
| BI13000409 | AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO - VIA EXPRESSA NORTE-SUL | 0,00 | 2.553.127,41 |
| BI14000132 | AVENIDA MADRE LEÔNIA MILITO | 0,00 | 991.434,70 |
| BI16000343 | TERRENO PRAÇA 2 COM 1.772,90 M ² DO LAGO DI TRENTO | 0,00 | 16.020,14 |
| BI16000376 | ESTRADA RODOVIA MUN. GUSTAVO AVELINO CORREIA (RIO TAQUARA A | 0,00 | 2.807.579,32 |
| BI16001398 | SISTEMA VIÁRIO ARCO LESTE PARA INTEGRAÇÃO DA PR-445 A BR-369 - | 0,00 | 213.016,82 |
| BI16001778 | RUA MONTEVIDEU | 0,00 | 2.492,02 |
| BI18000245 | RUA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO | 0,00 | 34,84 |
| BI20000158 | RUA GINO TAMIOZZO - C.H. SANTA LUZIA | 0,00 | 1.874.725,41 |
| BI21000092 | RUA JOSÉ GIROLDO (RUA 4) | 0,00 | 882,63 |
| ED15000006 | CASA RECANTO DE DALIA DO JADIM PÉROLA | 0,00 | 19.394,55 |
| ED17000013 | C.R.A.S. OESTE A, DO JARDIM MARACANÃ | 0,00 | 680.824,66 |
| ED19000013 | EDIFÍCIO DO TECNOCENTRO PARTE "B" C/3.144,93 M ² - CENTRO | 0,00 | 3.489.969,06 |
| GP21000001 | GALERIA PLUVIAL DO CONJUNTO HABITACIONAL SÃO LOURENÇO | 0,00 | 997.087,32 |
| CÓDIGO | ESTUDOS E PROJETOS EM ANDAMENTO | 250.336,31 | 98.981,63 |
| BI15000520 | AVENIDA SAUL ELKIND | 0,00 | 98.981,63 |
| BI17000209 | RUA LEONIDES FERREIRA | 3.771,13 | 0,00 |
| BI21000285 | RUA CONSTANTINO PIALARISSI | 49.651,20 | 0,00 |
| ED11000155 | C.A.S. - VIVA VIDA UNIÃO DA VITÓRIA - Rua Cidadania, 299 | 25.391,07 | 0,00 |
| ED17000011 | E.M. JOSE HOSKEN DE NOVAES | 36.330,59 | 0,00 |
| ED22000008 | ESCOLA MUNICIPAL TRABALHO CAMPO SABER | 112.862,90 | 0,00 |
| ED22000019 | PAM ZONA SUL | 1.772,31 | 0,00 |
| ED22000025 | PAM ZONA LESTE | 1.769,85 | 0,00 |
| ED22000027 | PAM ZONA NORTE | 1.366,10 | 0,00 |
| ED22000028 | RESTAURANTE POPULAR ZONA NORTE | 1.366,10 | 0,00 |
| ED22000030 | CASA DA MULHER LONDRINENSE | 8.500,00 | 0,00 |
| ED22000031 | ESCOLA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS - 3 BOCAS | 7.555,06 | 0,00 |
| T O T A I S | | 49.607.743,90 | 31.759.979,76 |

5.6.2.4.2 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros

As Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, referem-se aos custos de obras, instalações e benfeitorias de manutenção, realizadas em edificações disponibilizadas ao Município, cuja propriedade pertença a órgão da administração indireta ou ao Governo do Estado.

5.6.2.4.3 - Demais Bens Imóveis

Quanto os Demais Bens Imóveis, são aqueles em poder de terceiros, principalmente ao governo de outras esferas, nas mesmas circunstâncias, transcrita na nota acima.

5.7 - Intangível

Os bens intangíveis constituem-se na propriedade imaterial do Município, possuem valor econômico e são desprovidos de substância física, como por exemplo: Licenças, Direitos, Software, Tecnologia e outros.

Tabela 16 – Bens Intangíveis

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|-------------------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|
| BENS INTANGÍVEIS | 14.695.533,88 | 100,0 | 17.035.860,29 | 100,0 | -13,7 |
| Softwares | 1.050.688,63 | 7,1 | 843.464,27 | 5,0 | 24,6 |
| Softwares - Com Vida Útil Definida | 1.050.688,63 | 7,1 | 843.464,27 | 5,0 | 24,6 |
| (-) Depreciação de Bens Intangíveis | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

| Direito de Uso de Imóveis | 13.644.845,25 | 92,9 | 16.192.396,02 | 95,0 | -15,7 |
|---|----------------------|-------------|----------------------|-------------|--------------|
| Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Federal | 14.723,22 | 0,1 | 0,00 | 0,0 | - |
| Direito de Uso de Imóveis de Prop.do Governo do Estado | 4.941.541,84 | 33,6 | 4.941.541,84 | 29,0 | 0,0 |
| Direito de Uso de Imóveis de Prop.de Órgãos da Adm.Indireta | 8.688.580,19 | 59,1 | 11.250.854,18 | 66,0 | -22,8 |

Este quadro demonstra o valor dos bens intangíveis em dezembro de 2022 no montante de R\$ 14,7 milhões, sendo que apenas R\$ 1 milhão se refere a softwares sujeitos a amortização. Quanto aos demais itens, referem-se ao direito de uso de imóveis de propriedade do Governo do Estado e de órgão da Administração Indireta, como a COHAB-LD, de escolas, mercados, centro de comunitários, esportivos e de convivência, e outros imóveis de uso administrativos, que deverão ser devolvidos após o encerramento da concessão de uso.

6 – Balanço Patrimonial – Contas do Passivo

6.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O subgrupo das “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” está segregado em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) longo prazo, na tabela a seguir é apresentada a composição.

Tabela 17 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZO | 13.082.427,39 | 256.677.614,89 | 269.760.042,28 | 10.828.555,24 | 264.331.566,22 | 275.160.121,46 |
| 1. Pessoal a Pagar | 12.651,52 | 0,00 | 12.651,52 | 13.242,15 | 0,00 | 13.242,15 |
| 1.1. Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores | 12.651,52 | 0,00 | 12.651,52 | 13.242,15 | 0,00 | 13.242,15 |
| 1.2 Férias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3. Licença Premio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2. Precatório de Pessoal - Regime Especial | 2.296.568,56 | 32.040.799,43 | 34.337.367,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1. Precatório Pessoal - Reg. Especial - Antes de 05/05/2000 | 0,00 | 97.823,51 | 97.823,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2. Precatório Pessoal - Reg. Especial - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos | 2.201.441,91 | 21.858.106,51 | 24.059.548,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.3. Precatório de Pessoal - Regime Especial - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido | 95.126,65 | 10.084.869,41 | 10.179.996,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário | 3.003,00 | 0,00 | 3.003,00 | 1.240.387,03 | 34.285.914,03 | 35.526.301,06 |
| 3.1. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - Antes de 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 82.957,69 | 82.957,69 |
| 3.2. Precatório Pessoal - Reg. Ordinário - A Partir de 05/05/2000 Venc. e Não Pagos | 3.003,00 | 0,00 | 3.003,00 | 1.224.635,55 | 21.189.425,50 | 22.414.061,05 |
| 3.3. Precatório de Pessoal - Regime Ordinário - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencido | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.751,48 | 13.013.530,84 | 13.029.282,32 |
| 4. Benefícios Assistenciais a Pagar | 20.530,36 | 0,00 | 20.530,36 | 66.387,80 | 0,00 | 66.387,80 |
| 4.1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício | 20.530,36 | 0,00 | 20.530,36 | 66.387,80 | 0,00 | 66.387,80 |
| 5. Encargos Sociais a Pagar | 10.749.673,95 | 224.636.815,46 | 235.386.489,41 | 9.508.538,26 | 230.045.652,19 | 239.554.190,45 |
| 5.1. Contribuições ao RGPS a Pagar | 121.058,86 | 15.890.766,66 | 16.011.825,52 | 10.102,15 | 16.308.416,64 | 16.318.518,79 |
| 5.2. Encargos Sociais a Pagar Intra OFSS (RPPS) | 8.629.516,17 | 208.746.048,80 | 217.375.564,97 | 8.629.613,55 | 213.737.235,55 | 222.366.849,10 |
| 5.3. Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União (INSS) | 1.999.098,92 | 0,00 | 1.999.098,92 | 868.822,56 | 0,00 | 868.822,56 |

As contas de **Precatório de Pessoal** representam as requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da CF/1988.

No exercício, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar representam 34,6% do Passivo Total.

6.2 - Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são demonstrados quadros que detalham as obrigações com Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos:

Tabela 18 – Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|--|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E LONGO PRAZO | 16.370.732,14 | 170.506.558,56 | 186.877.290,70 | 19.036.579,38 | 128.955.992,83 | 147.992.572,21 |
| 1. Empréstimos Interno | 5.443.140,95 | 149.620.273,46 | 155.063.414,41 | 9.122.214,17 | 100.842.710,31 | 109.964.924,48 |
| Operação de Créditos Internas - Em Contratos | 4.890.206,26 | 144.599.679,53 | 149.489.885,79 | 7.033.431,69 | 99.906.159,55 | 106.939.591,24 |
| Operação de Créditos Internas - Em Contratos Inter OFSS - Estado | 552.934,69 | 5.020.593,93 | 5.573.528,62 | 2.088.782,48 | 936.550,76 | 3.025.333,24 |
| 2. Financiamento Interno | 10.842.492,53 | 14.368.937,60 | 25.211.430,13 | 9.838.419,18 | 24.549.468,13 | 34.387.887,31 |
| Financiamento Interno do Ativo Permanente | 10.842.492,53 | 14.368.937,60 | 25.211.430,13 | 9.838.419,18 | 19.985.147,44 | 29.823.566,62 |
| Financiamento Interno para Implantar Distrito Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.564.320,69 | 4.564.320,69 |
| 3. Juros e Encargos a Pagar de Empr.e Financiamentos | 85.098,66 | 6.517.347,50 | 6.602.446,16 | 75.946,03 | 3.563.814,39 | 3.639.760,42 |
| Juros de Contratos - Empréstimos e Financiamentos Internos | 59.592,58 | 6.517.347,50 | 6.576.940,08 | 57.846,37 | 3.563.814,39 | 3.621.660,76 |
| Encargos de Contratos - Empréstimos Internos | 25.506,08 | 0,00 | 25.506,08 | 18.099,66 | 0,00 | 18.099,66 |

Tabela 19 – QUADRO DA DÍVIDA FUNDADA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| CÓD. DÍVIDA FUNDADA | DISCRIMINAÇÃO | % JUROS A.A. | FINAL CONTRATO | CIRCULANTE | NÃO CIRCULANTE | TOTAL GERAL |
|---|--|--------------------------------|----------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E JUROS C/ENCARGOS A PAGAR | | | | 16.370.732,13 | 170.506.558,56 | 186.817.698,11 |
| 1. Empréstimos Interno | | | | 5.443.140,95 | 149.620.273,46 | 155.063.414,41 |
| 66/2014 | Contrato 0400315-69/2013 – Pavimentação e Drenagem - Av. Angelina Ricci Vezozzo e Rua Antonio Carvalho Lage - Lei 11873/15 - Fonte 615 - C.E.F. - Vr. Contrato 5.901.495,00 | 8,70% + TR | fev-36 | 241.217,49 | 3.932.543,49 | 4.173.760,98 |
| 1/2016 | Contrato 0414398-57/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros - Lei 12.298/15 - Fonte 623 - Conta 71.055-4 C.E.F. - Valor Contrato R\$ 3.245.886,87 | 6%+T.ADM 2%+TRC 0,70% aa | dez-38 | 111.985,37 | 2.903.489,35 | 3.015.474,72 |
| 2/2016 | Contrato 0414401-04/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Av. Pref. Faria Lima - Lei 12.301815 - Fonte 624 - - Conta 71.060-0 C.E.F. - Vr. Contrato R\$ 6.477.895,78 | 6%+T.ADM 2%+TRC 0,70% aa | dez-38 | 223.356,77 | 5.588.696,52 | 5.812.053,29 |
| 4/2016 | Contrato 0400311-21/2014 – Pavimentação e Drenagem – Implantação e Adequação do Acesso da Rodovia PR-445 à BR-369 – Arco Leste - Lei 11874/13 - Fonte 919 - Conta 426-9 C.E.F - Vr. Contrato R\$ 15.582.790,08 | 6% + TR | abr-38 | 570.388,90 | 13.738.994,39 | 14.309.383,29 |

| | | | | | | |
|--|--|-------------------------|--------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 5/2016 | Contrato 0415366-00/2014 – Implantação de Sistema de Transporte Urbano - BHLS - Lei 11.873/13 - Fonte 618 - Conta 423-4 C.E.F. - Vr. do Contrato R\$ 124.705.100,00 | 6% + TR | jan-38 | 3.743.257,73 | 63.360.039,79 | 67.103.297,52 |
| 03/2021 | Contrato - 59443 - BRDE - Iluminação Pública - Lei 13.052/20 - Fonte 630 - Conta 1.102-0 C.E.F / BRDE - Valor Contrato R\$ 56.000.000,00 | 5,51% + TJLP + V.C.EURO | jul-33 | 0,00 | 55.075.915,99 | 55.075.915,99 |
| 400/2019 | Operação de Crédito AFPR 4036 - Infraestrutura - Lei 12.635/2017 - Fonte 626 - Conta 38.488-7 Ag.de Fomento - Vr. do Contrato R\$ 25.000.000,00 | 5,25% + TJLP | nov-27 | 177.815,50 | 956.938,99 | 1.134.754,49 |
| 02/2021 | Operação de Crédito AFPR 4196 - Pavimentação de vias urbanas (Lei 13.051 de 27/05/2020) - Valor Contrato R\$ 30.000.000,00 | 5,25% + TJLP | ago-28 | 375.119,19 | 4.063.654,94 | 4.438.774,13 |
| 2. Financiamentos Interno | | | | 10.842.492,53 | 14.368.937,60 | 25.211.430,13 |
| 110/2013 | Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931 | 3,08 | dez-26 | 4.350.916,22 | 10.399.627,88 | 14.750.544,10 |
| 181/2013 | Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381 | 3,08 | dez-26 | 1.657.900,53 | 3.969.309,72 | 5.627.210,25 |
| 3/2016 | Financiamento da COHAB-LD - Mirante - Aq.Terreno Industrial Lei 12.242/15 | IPCA - E (IBGE) | fev-24 | 4.833.675,78 | 0,00 | 4.833.675,78 |
| 3. Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos a Pagar | | | | 85.098,65 | 6.517.347,50 | 6.542.853,57 |
| 66/2014 | Contrato 0400315-69/2013 – Pavimentação e Drenagem - Av. Angelina Ricci Vezozzo e Rua Antonio Carvalho Lage - Lei 11873/15 - Fonte 615 - C.E.F. - Vr. Contrato 5.901.495,00 | | | 0,00 | 1.126.666,14 | 1.126.666,14 |
| 1/2016 | Contrato 0414398-57/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Rua Aminthas de Barros - Lei 12.298/15 - Fonte 623 - Conta 71.055-4 C.E.F. - Valor Contrato R\$ 3.245.886,87 | | | 0,00 | 134.819,33 | 134.819,33 |
| 2/2016 | Contrato 0414401-04/2015 – Pavimentação de Infraestrutura Av. Pref. Faria Lima - Lei 12.301815 - Fonte 624 - - Conta 71.060-0 C.E.F. - Vr. Contrato R\$ 6.477.895,78 | | | 0,00 | 240.114,95 | 240.114,95 |
| 4/2016 | Contrato 0400311-21/2014 – Pavimentação e Drenagem – Implantação e Adequação do Acesso da Rodovia PR-445 à BR-369 – Arco Leste - Lei 11874/13 - Fonte 919 - Conta 426-9 C.E.F - Vr. Contrato R\$ 15.582.790,08 | | | 0,00 | 561.996,37 | 561.996,37 |
| 5/2016 | Contrato 0415366-00/2014 – Implantação de Sistema de Transporte Urbano - BHLS - Lei 11.873/13 - Fonte 618 - Conta 423-4 C.E.F. - Vr. do Contrato R\$ 124.705.100,00 | | | 0,00 | 2.951.025,76 | 2.951.025,76 |
| 03/2021 | Contrato - 59443 - BRDE - Iluminação Pública - Lei 13.052/20 - Fonte 630 - Conta 1.102-0 C.E.F / BRDE - Valor Contrato R\$ 56.000.000,00 | | | 25.506,07 | 1.502.724,95 | 1.528.231,02 |
| 110/2013 | Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931 | | | 43.150,31 | 0,00 | 43.150,31 |
| 181/2013 | Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381 | | | 16.442,27 | 0,00 | 16.442,27 |

6.3 - Fornecedores e Contas a Pagar

As obrigações Fornecedores estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|----------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------|
| FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - SINTÉTICA DE CURTO E LONGO PRAZO | 90.406.458,84 | 100,0 | 1.107.961,74 | 100,0 | 8059,7 |
| Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo | 1.629.011,12 | 1,8 | 1.107.961,74 | 100,0 | 47,0 |

| | | | | | |
|--|---------------|------|------|-----|-----|
| Fornecedores e Contas a Pagar de Longo Prazo | 88.777.447,72 | 98,2 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
|--|---------------|------|------|-----|-----|

O saldo de "Fornecedores e Contas a Pagar" representa as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

O aumento ocorrido na conta se deve a reclassificação de precatórios que até o exercício anterior estavam no grupo Demais Obrigações.

6.4 - Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, são apresentadas as movimentações comparativas dos dois últimos exercícios, a saber:

Tabela 21 – Obrigações Fiscais de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|--|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO E LONGO PRAZO | 369.265,63 | 17.672.902,98 | 18.042.168,61 | 321.392,07 | 17.947.187,22 | 18.268.579,29 |
| 1. Obrigações Fiscais a Curto e Longo Prazo com a União | 369.265,63 | 17.672.902,98 | 18.042.168,61 | 321.392,07 | 17.947.187,22 | 18.268.579,29 |
| PIS/PASEP a Recolher | 368.438,96 | 17.672.902,98 | 18.041.341,94 | 320.651,24 | 17.947.187,22 | 18.267.838,46 |
| Outros Tributos e Contribuições Estaduais a Recolher | 826,67 | 0,00 | 826,67 | 740,83 | 0,00 | 740,83 |

Os saldos dessas obrigações representam contribuições sociais do PASEP, taxas, emolumentos e multas fiscais, incidentes sobre as receitas do Município, em processos administrativo e judiciais a pagar.

O encargo de PIS/PASEP a Recolher – Parcelado, corresponde ao tributo renegociado com a união no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

6.5 - Provisões

As Provisões estão segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Tabela 22 – Provisões de Longo e Curto Prazos

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---|-------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| PROVISÕES DE CURTO E LONGO PRAZO | 510.305,80 | 179.906.996,27 | 180.417.302,07 | 510.305,80 | 148.393.916,54 | 148.904.222,34 |
| 1. Provisões Para Riscos Fiscais | 0,00 | 48.266.870,58 | 48.266.870,58 | 0,00 | 16.753.790,85 | 16.753.790,85 |
| Provisão Para Pagamento Referentes a Autos de Infração | 0,00 | 47.761.816,39 | 47.761.816,39 | 0,00 | 16.248.736,66 | 16.248.736,66 |
| Provisão Para Pagamento de Autuações Fiscais - Esfera Judicial | 0,00 | 505.054,19 | 505.054,19 | 0,00 | 505.054,19 | 505.054,19 |
| 2. Outras Provisões | 510.305,80 | 131.640.125,69 | 132.150.431,49 | 510.305,80 | 131.640.125,69 | 132.150.431,49 |
| Devolução de Bens Imóveis ao Cedente | 510.305,80 | 22.410.305,69 | 22.920.611,49 | 510.305,80 | 22.410.305,69 | 22.920.611,49 |
| Provisão Para Fornecedores de Bens Materiais, Serviços e Utilidades | 0,00 | 945.783,77 | 945.783,77 | 0,00 | 945.783,77 | 945.783,77 |
| Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensas | 0,00 | 108.284.036,23 | 108.284.036,23 | 0,00 | 108.284.036,23 | 108.284.036,23 |

6.5.1 - As "Provisões para Riscos Fiscais" representam os autos de infrações governamentais e judiciais, lavrados ou notificados;

6.5.2 - As provisões classificadas em 'Provisão de Devolução de Bens Recebidos em Cessão de Uso ao Cedente' referem-se à possibilidade de devolução de bens móveis e imóveis recebidos de outras esferas

governamentais com objetivos específicos no atendimento das atividades e dos interesses da comunidade, desenvolvidas pelo Município.

6.5.3 - A Provisão de Obrigações com Terceiros é o reconhecimento de dívida incorrida dos serviços de saneamento não pagos pelo Município com a SANEPAR, ligada a Lei Municipal nº 16.636 de 18 de dezembro 2017, que autoriza a adesão ao programa de recuperação de crédito com a entidade – RECRED 2017.

6.5.4 – Precatórios de Terceiros com Exigibilidades Suspensas, refere-se à reclamação judicial de empresa de Transporte Coletivo.

6.6 – Demais Obrigações

Este subgrupo compreende as obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos segregadas em dois grupos (I) a curto prazo; e (II) Longo prazo a seguir’.

Tabela 23 – Demais Obrigações de Curto e Longo Prazo

| CONTAS CONTÁBEIS | EXERCÍCIO DE 2022 | | | EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Circulante | Não Circulante | TOTAL | Circulante | Não Circulante | TOTAL |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZO | 24.111.420,57 | 10.653.742,79 | 34.765.163,36 | 23.056.503,14 | 80.235.614,21 | 103.292.117,35 |
| 1. Valores Restituíveis | 16.360.944,51 | 0,00 | 16.360.944,51 | 11.137.978,83 | 0,00 | 11.137.978,83 |
| Consignações | 5.151.785,39 | 0,00 | 5.151.785,39 | 633.876,28 | 0,00 | 633.876,28 |
| Garantias | 88.946,51 | 0,00 | 88.946,51 | 140.381,86 | 0,00 | 140.381,86 |
| Depósitos Judiciais | 10.540.133,61 | 0,00 | 10.540.133,61 | 9.642.379,99 | 0,00 | 9.642.379,99 |
| Depósitos Não Judiciais | 580.079,00 | 0,00 | 580.079,00 | 721.340,70 | 0,00 | 721.340,70 |
| 2. Outras Obrigações a Curto e Longo Prazo | 7.750.476,06 | 10.653.742,79 | 18.404.218,85 | 11.918.524,31 | 80.235.614,21 | 92.154.138,52 |
| Indenizações e Restituições | 4.981.347,15 | 0,00 | 4.981.347,15 | 315.076,33 | 0,00 | 315.076,33 |
| Diárias a Pagar | 1.765,00 | 0,00 | 1.765,00 | 1.870,00 | 0,00 | 1.870,00 |
| Suprimentos de Fundos a Pagar | 2.530,90 | 0,00 | 2.530,90 | 2.530,90 | 0,00 | 2.530,90 |
| Subvenções a Pagar | 195.382,95 | 0,00 | 195.382,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios de Terceiros | 2.522.212,76 | 0,00 | 2.522.212,76 | 2.554.694,95 | 80.235.614,21 | 82.790.309,16 |
| Participações em Empresa com PL Negativo | 0,00 | 10.653.742,79 | 10.653.742,79 | 9.044.352,13 | 0,00 | 9.044.352,13 |
| Consórcios a pagar | 47.237,30 | 0,00 | 47.237,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Credores de Exercício - Curto Prazo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,60 | 0,00 | 0,60 |

No final do Exercício de 2022, a conta “Demais Obrigações” teve redução em 66,3% em relação ao exercício anterior. A conta Precatórios de Terceiros é a que mais impactou essa redução, sendo causada pela reclassificação do saldo existente para a conta do grupo ‘Fornecedores a pagar’.

6.6.1 Valores Restituíveis

As “Consignações” decorrem das retenções efetuadas em folha de salários de pessoal, em pagamentos a fornecedores e depósitos para posterior recolhimento, principalmente no mês seguinte, como: Retenções sobre Vencimentos e Vantagens – RPPS; Encargos Previdenciários – INSS; Retenções para Sindicatos; Retenções para Associações; Retenções para Empréstimos e Financiamentos; Retenções de Seguros; Retenções de Assistência Odontológica; Retenções de Cartões de Créditos; Outras Retenções; Consignações de Convênios a Repassar a Entidades e Valores não reclamados de fornecedores.

Os “Depósitos Judiciais”, de forma expressiva, das obrigações imposta ao Município por meio de decisões judiciais são os precatórios, cuja regulamentação e dada pelo art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Os “Depósitos Não Judiciais” são depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

6.6.2 Outras Obrigações

Os saldos das “Outras Obrigações de Curto Prazo” são valores de terceiros inseridos em restos a pagar e/ou de retenções em nome deles independentes do prazo de exigibilidade abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da seguridade social com pessoas ou unidades de

entes públicos que não pertençam ao município, além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

Verifica-se também na tabela, outra espécie de obrigação relevante da “Perda em Participações em Empresas com PL Negativo” decorrente da participação do Município em empresas públicas Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU e Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento de Londrina S/A.

6.7 - Patrimônio Líquido

O resultado do Patrimônio Líquido corresponde a situação patrimonial líquida, apurada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

O Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial de 2022 soma R\$ 2,77 bilhões, em comparação com o valor de 2021, que foi de R\$ 2,84 bilhões, houve uma redução nominal de 2,8%.

Tabela 24 – Patrimônio Líquido

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|------------------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|
| RESULTADO ACUMULADOS | 2.766.503.158,31 | 100,0 | 2.845.111.031,11 | 100,0 | -2,8 |
| Resultado do Exercício | -160.451.367,29 | -5,8 | 517.782.121,57 | 18,2 | -131,0 |
| Resultado de Exercícios Anteriores | 2.892.181.728,60 | 104,5 | 2.359.289.103,14 | 82,9 | 22,6 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 34.772.797,00 | 1,3 | -31.960.193,60 | -1,1 | -208,8 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.766.503.158,31 | 100,0 | 2.845.111.031,11 | 100,0 | -2,8 |

6.7.1 Resultado do Exercício apurado em 31/12/2022 foi deficitário em R\$ 160,4 milhões resultante do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas que estão detalhadas nas notas [8](#), [9](#) e [10](#) deste documento.

6.7.2 O saldo do **Resultado de Exercícios Anteriores** em 2022 apresentou um aumento de 22,6% em relação ao exercício anterior.

6.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores registra os efeitos da mudança de critérios contábeis ou na retificação de erro imputável a exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os Ajustes ocorridos no exercício de 2022, que resultam no aumento de R\$ 34,8 milhões, são decorrentes da movimentação das contas a seguir detalhadas:

Tabela 24.1 – Detalhamento de Ajustes de Exercícios Anteriores

| Descrição da conta | Débito | Crédito | Saldo |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| 6.7.3.1 Imobilizado | 31.685.701,66 | 64.498.559,74 | 32.812.858,08 |
| 6.7.3.2 Créditos a Longo Prazo | 0,00 | 1.390.300,00 | 1.390.300,00 |
| 6.7.3.3 Demais Obrigações a curto prazo | 0,00 | 9.044.352,13 | 9.044.352,13 |
| Demais Obrigações a longo prazo | 9.044.352,13 | 0,00 | -9.044.352,13 |
| 6.7.3.4 Demais Ajustes de exercícios anteriores | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 0,00 | 3.899,47 | 3.899,47 |
| Créditos a Curto Prazo | 378.963,91 | 31.412,70 | -347.551,21 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 5709,34 | 0,00 | -5.709,34 |
| Investimentos | 0,00 | 919.000,00 | 919.000,00 |
| | 41.114.727,04 | 75.887.524,04 | 34.772.797,00 |

6.7.3.1 Os ajustes do Imobilizado são decorrentes de registros de incorporações e baixas encaminhados intempestivamente à contabilidade, ressaltando que esses ajustes tendem a serem minimizados, quando for realizado o inventário dos bens (conforme apontado também [nota 4](#)).

6.7.3.2 Os ajustes de exercícios anteriores nas contas de Créditos a Longo Prazo, no valor de R\$ 1.390.300,00, refere-se ao registro intempestivo de permutas de terrenos com a COHAB-LD.

6.7.3.3 Os ajustes das contas de Demais Obrigações a curto e a longo prazo, no valor de R\$ 9.044.352,13, são decorrentes da reclassificação de curto para longo prazo dos valores da Participação proporcional do município no patrimônio líquido das entidades CMTU e CTD, também mencionado no item 6.6 – Demais Obrigações dessa nota.

6.7.3.4 Os demais ajustes são decorrentes de fatos ocorridos em exercícios passados e ajustados e registrados no exercício de 2022.

7 – Balanço Patrimonial - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e patrimoniais, de acordo com o disposto no art. 105 de Lei 4.320/1964, elaborado com base nos dados da classe 1 (Ativo), da classe 2 (Passivo) do PCASP, e nas contas que representem passivos financeiros classificadas nas contas da classe 6 “Créditos Empenhados a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Tabela 25– Apresentação do Saldo Patrimonial

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|-----------------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|
| ATIVO (I) | | | | | |
| Ativo Financeiro | 538.628.127,45 | 21,0 | 395.687.796,44 | 14,9 | 36,1 |
| Ativo Permanente | 3.008.143.456,72 | 117,5 | 3.144.149.415,71 | 118,5 | -4,3 |
| TOTAL DO ATIVO | 3.546.771.584,17 | 138,6 | 3.539.837.212,15 | 133,4 | 0,2 |
| PASSIVO (II) | | | | | |
| Passivo Financeiro | 232.048.906,12 | 9,1 | 203.763.580,98 | 7,7 | 13,9 |
| Passivo Permanente | 755.123.437,62 | 29,5 | 681.902.081,51 | 25,7 | 10,7 |
| TOTAL DO PASSIVO | 987.172.343,74 | 38,6 | 885.665.662,49 | 33,4 | 11,5 |
| SALDO PATRIMONIAL (I - II) | 2.559.599.240,43 | 100,0 | 2.654.171.549,66 | 100,0 | -3,6 |

Tabela 26 – Detalhamento da Composição do Saldo do Ativo Financeiro

| CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 525.587.271,05 | 97,6 | 387.771.621,09 | 98,0 | 35,5 |
| Bancos Conta Movimento | 37.372.716,26 | 6,9 | 3.643.559,84 | 0,9 | 925,7 |
| Poupança | 6.411.504,62 | 1,2 | 3.658.771,84 | 0,9 | 75,2 |
| Fundo de Aplicação Financeira | 481.803.050,17 | 89,5 | 380.469.289,41 | 96,2 | 26,6 |
| Demais Créditos e Valores de Curto Prazo | 12.444.868,74 | 2,3 | 7.324.082,69 | 1,9 | 69,9 |
| Outros Créditos a Receber Entidades | 416.612,78 | 0,1 | 46.736,78 | 0,0 | 791,4 |
| Depósitos Judiciais | 5.760,85 | 0,0 | 77.599,36 | 0,0 | -92,6 |
| Depósitos Restituíveis e Vinculados em Conta Especial - Precatórios - Controlado pelo Tribunal de Justiça | 11.512.504,88 | 2,1 | 6.254.203,61 | 1,6 | 84,1 |
| COSIP - Iluminação Pública a Receber | 235.943,84 | 0,0 | 235.943,84 | 0,1 | 0,0 |
| Outros Créditos a Receber de Entidades | 274.046,39 | 0,1 | 709.599,10 | 0,2 | -61,4 |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 595.987,66 | 0,1 | 592.092,66 | 0,1 | 0,7 |
| Créditos a Receber em Poder da Justiça | 595.987,66 | 0,1 | 592.092,66 | 0,1 | 0,7 |
| TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO | 538.628.127,45 | 100,0 | 395.687.796,44 | 100,0 | 36,1 |

Tabela 27 – Detalhamento da Composição do Saldo do Passivo Financeiro

| CONTA CONTÁBEIS FINANCEIRAS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| Contas do Passivo Financeiro | 232.048.906,12 | 100,0 | 203.763.580,98 | 100,0 | 13,9 |
| Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistenciais a Pagar a Cto Prazo | 1.287.520,15 | 0,6 | 93.438,53 | 0,0 | 1277,9 |

| | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 514.733,62 | 0,2 | 0,00 | 0,0 | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 1.557.453,41 | 0,7 | 1.107.961,74 | 0,5 | 40,6 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 94.981,39 | 0,0 | 47.107,83 | 0,0 | 101,6 |
| Valores Restituíveis | 16.360.944,51 | 7,1 | 11.137.978,83 | 5,5 | 46,9 |
| Outras Obrigações a Curto Prazo | 5.329.355,16 | 2,3 | 437.612,60 | 0,2 | 1117,8 |
| Crédito Empenhado a Liquidar | 158.368.976,96 | 68,2 | 169.490.207,30 | 83,2 | -6,6 |
| RP Não Processados a Liquidar | 48.534.940,92 | 20,9 | 21.449.274,15 | 10,5 | 126,3 |
| TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO | 232.048.906,12 | 100,0 | 203.763.580,98 | 100,0 | 13,9 |

7.1 – Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais Ativos, das Contas de Controle, correspondem ao “Quadro de Compensações” do Balanço Patrimonial, que normalmente representam as Garantias e Contragarantias recebidas a executar, ou recursos de convênios a receber, a saber:

Tabela 28 – Atos Potenciais Ativos

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 183.677.729,36 | 100,0 | 213.347.531,18 | 100,0 | -13,9 |
| Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar | 0,00 | 0,0 | 3.198.975,60 | 1,5 | -100,0 |
| Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber | 0,00 | 0,0 | 22.588.090,72 | 10,6 | -100,0 |
| Direitos Contratuais a Executar | 183.677.729,36 | 100,0 | 187.560.464,86 | 87,9 | -2,1 |

A tabela acima, assim como as demais, possuem os dados extraídos exatamente como constam nos demonstrativos emitidos pelo sistema de contabilidade e pelo SIMAM do TCEPR.

Verificou-se que para o exercício de 2022, os valores apresentados vieram, a nosso ver, indevidamente com saldo zerado para as contas ‘Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar’ e ‘Direito Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber’, possivelmente pela reclassificação do tipo de consolidação que passou em 2022 a ser detalhado pelos valores a receber da União e do Estado, desta forma, retificamos o quadro com os valores a receber das referidas contas.

Tabela 29 – Atos Potenciais Ativos – Retificada

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 206.209.875,91 | 100,0 | 213.347.531,18 | 100,0 | -3,3 |
| Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar | 2.251.236,54 | 1,1 | 3.198.975,60 | 1,5 | -29,6 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber | 20.280.910,01 | 9,8 | 22.588.090,72 | 10,6 | -10,2 |
| Direitos Contratuais a Executar | 183.677.729,36 | 89,1 | 187.560.464,86 | 87,9 | -2,1 |
| Outros Atos Potenciais Ativo a Executar | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

A conta Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber representa os valores a receber de outras esferas de governos, provenientes de recursos de convênios ou parcerias, para atendimento de suas atividades ou de interesse coletivo da comunidade.

Quanto aos Direitos Contratuais a executar se referem ao Contrato de Concessão firmado com a Sanepar para exploração do sistema de abastecimento de água e esgoto de Londrina.

7.2 - Balanço Patrimonial - Atos Potenciais Passivos

Os principais itens que compõem esse subgrupo de contas de Atos Potenciais Passivos são as Garantias e Contragarantias Concedidas e as Obrigações Contratuais.

Tabela 30 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos são atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo do Município, como abaixo está demonstrado.

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|------------------|------|-----|------|-----|-----|
|------------------|------|-----|------|-----|-----|

| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 603.064.985,19 | 100,0 | 802.684.540,64 | 100,0 | -24,9 |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar | 0,00 | 0,0 | 76.871.931,93 | 9,6 | -100,0 |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar | 0,00 | 0,0 | 4.935.748,01 | 0,6 | -100,0 |
| Obrigações Contratuais a Executar | 603.064.985,19 | 100,0 | 720.876.860,70 | 89,8 | -16,3 |

A tabela acima, assim como as demais, possuem os dados extraídos exatamente como constam nos demonstrativos emitidos pelo sistema de contabilidade e pelo SIMAM do TCEPR.

Verificou-se que para o exercício de 2022, os valores apresentados vieram, a nosso ver, indevidamente com saldo zerado para as contas 'Garantias e Contra Garantias Recebidas a Executar' e 'Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar, desta forma, retificamos o quadro com os valores a executar.

Tabela 31 – Atos Potenciais Passivos – Retificada

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 905.680.465,65 | 100,0 | 802.684.540,64 | 100,0 | 12,8 |
| Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar | 68.000.847,73 | 7,5 | 76.871.931,93 | 9,6 | -11,5 |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar | 31.231.863,81 | 3,4 | 4.935.748,01 | 0,6 | 532,8 |
| Obrigações Contratuais a Executar | 806.447.754,11 | 89,0 | 720.876.860,70 | 89,8 | 11,9 |

As obrigações contratuais a executar se referem ao fornecimento de bens, serviços e contratação de financiamentos, para o atendimento das atividades públicas, detalhados no quadro abaixo.

Tabela 32 – Detalhamento das Obrigações Contratuais a Executar

| | |
|---|----------------|
| CONTRATOS DE SERVIÇOS | 560.100.959,44 |
| CONTRATOS DE ALUGUÉIS | 1.560.983,71 |
| CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS | 41.403.042,04 |
| | 603.064.985,19 |
| CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS | 203.382.768,92 |
| Saldo - Obrigações Contratuais a Executar | 806.447.754,11 |

7.3 – Balanço Patrimonial - Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

O Superávit Financeiro refere-se a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurados no Balanço Patrimonial, servindo como recurso para a abertura de créditos suplementares e especiais no exercício posterior, respeitando a vinculação do recurso. O total do superávit financeiro apurado no exercício soma R\$ 191,9 milhões, no exercício anterior soma R\$ 207,5 milhões, discriminado no quadro próprio do anexo Balanço Patrimonial e reproduzido abaixo:

Tabela 33 – Demonstração do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Exercício

| FONTES DE RECURSOS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|-------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|------------|
| Alienação de Bens | 919.535,67 | 0,3 | 1.282.910,39 | 0,7 | -28,3 |
| Apoio Financeiro a Municípios | 128.924,38 | 0,0 | 153.525,43 | 0,1 | -16,0 |
| Cessão Onerosa - Pré-Sal | 130.819,00 | 0,0 | 117.628,94 | 0,1 | 11,2 |
| Emenda Parlamentar | 7.360.865,92 | 2,4 | 4.517.362,79 | 2,4 | 62,9 |
| Operação de Crédito | -26.742.705,74 | -8,7 | -55.621.858,59 | -29,0 | -51,9 |
| Ordinária | 248.698.626,55 | 81,1 | 184.161.379,70 | 96,0 | 35,0 |
| Outras Origens | 42.687.202,06 | 13,9 | 19.885.711,48 | 10,4 | 114,7 |
| Transferências do FUNDEB | 11.263.206,11 | 3,7 | 16.975.838,60 | 8,8 | -33,7 |
| Transferência de Programas | 7.527.929,60 | 2,5 | 7.240.421,72 | 3,8 | 4,0 |

| | | | | | |
|--------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| Transferência Voluntária | 14.554.489,55 | 4,7 | 13.160.966,77 | 6,9 | 10,6 |
| Valores Restituíveis | 50.328,23 | 0,0 | 50.328,23 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL GERAL | 306.579.221,33 | 100,0 | 191.924.215,46 | 100,0 | 59,7 |

As fontes negativas indicam que o empenho foi realizado antes da entrada do recurso. Exemplos frequentes ocorrem para as Fontes de Recursos de Operações de Crédito, para as quais as despesas são executadas e encaminhadas para aprovação da instituição financeira que, após a aceitação da medição da obra em andamento, realiza a liberação financeira da operação de crédito.

II – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2022 – Anexo 15

A seguir serão destacadas as contas de maior relevância das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 34 – Apuração do Resultado Patrimonial do Exercício

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|---------------|
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA | 2.460.388.826,40 | 100,0 | 2.290.135.393,42 | 100,0 | 7,4 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias | 1.018.649.254,28 | 41,4 | 986.805.203,82 | 43,1 | 3,2 |
| Contribuições | 52.111.415,97 | 2,1 | 47.941.993,33 | 2,1 | 8,7 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 3.630.452,99 | 0,1 | 1.912.936,94 | 0,1 | 89,8 |
| Variação Patrimonial Aumentativa Financeira | 204.752.008,32 | 8,3 | 55.382.289,60 | 2,4 | 269,7 |
| Transferências Delegada Recebidas | 931.896.734,94 | 37,9 | 661.153.463,29 | 28,9 | 41,0 |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorpor. de Passivo | 2.636.986,45 | 0,1 | 392.730,02 | 0,0 | 571,5 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 246.711.973,45 | 10,0 | 536.546.776,42 | 23,4 | -54,0 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD | 2.620.840.193,69 | 100,0 | 1.772.353.272,05 | 100,0 | 47,9 |
| Pessoal e Encargos | 773.304.315,29 | 29,5 | 621.928.832,91 | 35,1 | 24,3 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 18.226.672,49 | 0,7 | 25.247.106,05 | 1,4 | -27,8 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 192.189.568,82 | 7,3 | 154.482.301,42 | 8,7 | 24,4 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 38.406.965,73 | 1,5 | 48.568.747,75 | 2,7 | -20,9 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 783.686.336,90 | 29,9 | 590.090.658,67 | 33,3 | 32,8 |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | 555.396.889,96 | 21,2 | 133.056.549,32 | 7,5 | 317,4 |
| Tributárias | 17.371.464,05 | 0,7 | 14.453.604,58 | 0,8 | 20,2 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 242.257.980,45 | 9,2 | 184.525.471,35 | 10,4 | 31,3 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO | -160.451.367,29 | -6,1 | 517.782.121,37 | 29,2 | -131,0 |

8 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA

8.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria totalizou, em 2022, R\$ 1 bilhão, representando 41,4% das VPA, deste total 37% são relativos ao IPTU e 34,8% são relativos ao ISS, conforme tabela abaixo.

Tabela 35 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

| VPA - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS | 2022 | AV (%) | 2021 | AV (%) | AH (%) |
|--|-------------------------|--------------|-----------------------|--------------|------------|
| IRRF | 149.134.718,84 | 14,6 | 117.307.973,06 | 11,9 | 27,1 |
| IPTU | 376.447.476,96 | 37,0 | 392.759.674,24 | 39,8 | -4,2 |
| ITBI | 94.045.849,90 | 9,2 | 92.756.773,24 | 9,4 | 1,4 |
| ISS | 354.621.468,24 | 34,8 | 326.527.731,39 | 33,1 | 8,6 |
| Taxas pelo Poder Polícia | 9.554.025,32 | 0,9 | 10.907.684,95 | 1,1 | -12,4 |
| Taxas pela Prestação de Serviços | 34.875.564,20 | 3,4 | 45.942.172,34 | 4,7 | -24,1 |
| Contribuição de Melhoria | -29.849,18 | 0,0 | 603.194,60 | 0,1 | -104,9 |
| TOTAL | 1.018.649.254,28 | 100,0 | 986.805.203,82 | 100,0 | 3,2 |

8.2 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

O grupo das Transferências Delegadas Recebidas totalizou, em 2022, R\$ 931,9 milhões, correspondendo a 37,9% das VPA, sendo que desse total 44,6 % é originado de Transferências Constitucionais do Estado e 30,4% de Transferências do FUNDEB.

Tabela 36 – Transferências e Delegações Recebidas

| VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 2022 | AV (%) | 2021 | AV (%) | AH (%) |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Transferências intragovernamentais | 19.988.022,17 | 2,14 | 8.918.034,99 | 1,35 | 124,1 |
| Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - União | 191.844.345,46 | 20,59 | 113.923.462,00 | 17,23 | 68,4 |
| Transferências Intergovernamentais - Constitucionais - Estado | 415.425.482,11 | 44,58 | 289.254.426,16 | 43,75 | 43,6 |
| Transferências Intergovernamentais - FUNDEB | 283.022.229,28 | 30,37 | 225.530.696,01 | 34,11 | 25,5 |
| Transferências Intergovernamentais - Transferências Voluntárias | 6.817.331,38 | 0,73 | 4.944.874,94 | 0,75 | 37,9 |
| Transferências Intergovernamentais - Outras Transferências | 10.904.525,95 | 1,17 | 17.277.451,61 | 2,61 | -36,9 |
| Transferências das Instituições Privadas | 687.629,34 | 0,07 | 1.135.996,61 | 0,17 | -39,5 |
| Transferências de Pessoa Físicas | 226.711,22 | 0,02 | 168.520,97 | 0,03 | 34,5 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 2.980.458,03 | 0,32 | 0,00 | 0,00 | - |
| TOTAL | 931.896.734,94 | 100,0 | 661.153.463,29 | 100,0 | 40,95 |

8.3 – VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Outro grupo a se destacar nas VPA, contribuindo de maneira significativa para o resultado patrimonial do exercício, é o grupo das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas totalizando, em 2022, R\$ 246,7 milhões, representando 10% das VPA, desse total 73,24 % são alocados na conta de Reversão de Provisões e Ajustes de Perda.

Tabela 37 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

| VPA - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 2022 | AV (%) | 2021 | AV (%) | AH (%) |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar | 1.741.182,15 | 0,71 | 704.002,90 | 0,13 | 147,3 |
| Resultado Positivo de Participações | 5.743,84 | 0,00 | 121.709,28 | 0,02 | -95,3 |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perda | 102.149.336,23 | 41,40 | 392.991.548,37 | 73,24 | -74,0 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 142.815.711,23 | 57,89 | 142.729.515,87 | 26,60 | 0,1 |
| TOTAL | 246.711.973,45 | 100,0 | 536.546.776,42 | 100,0 | -54,0 |

9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD

Na classe das Variações Patrimoniais Diminutivas, as contas com maior vulto são detalhadas a seguir.

9.1 – VPD – Pessoal e Encargos

Em 2022, as VPD com Remuneração a Pessoal totalizaram R\$ 773,3 milhões, deste valor 68,5% são referentes a Remuneração a Pessoal.

Tabela 38 – Pessoal e Encargos

| VPD - PESSOAL E ENCARGOS | 2022 | AV (%) | 2021 | AV (%) | AH (%) |
|----------------------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| Remuneração a Pessoal | 529.456.187,09 | 68,5 | 431.367.894,73 | 70,8 | 22,7 |
| Encargos Patronais | 212.375.865,24 | 27,5 | 162.120.437,27 | 26,6 | 31,0 |
| Benefícios a Pessoal | 28.137.819,83 | 3,6 | 26.666.764,38 | 4,4 | 5,5 |
| Outras VPD de Pessoal e Encargos | 3.334.443,13 | 0,4 | 1.773.736,53 | 0,3 | 88,0 |
| TOTAL | 773.304.315,29 | 100,0 | 609.627.810,99 | 100,0 | 9,23 |

9.2 – VPD - Transferências e Delegações Concedidas

O grupo de contas de Variação Patrimonial Diminutiva - Transferências e Delegações concedidas totaliza, em 2022, R\$ 590 milhões, com aumento de 16,1 % quando comparado ao exercício de 2021, na tabela abaixo destaca-se a conta Transferências Intragovernamentais, totalizando R\$ 577,7 milhões, na qual é possível

identificar que a distribuição deste valor concentra 72,4 % dos repasses para o Fundo Municipal de Saúde de Londrina.

Tabela 39 – Repasse Concedido

| VPD - REPASSES CONCEDIDOS | 2022 | AV (%) | 2021 | AH (%) | AH (%) |
|---|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Fundo Municipal de Saúde de Londrina | 418.180.494,06 | 72,4 | 378.988.844,86 | 73,2 | 10,3 |
| Câmara Municipal de Londrina | 44.527.000,00 | 7,7 | 41.527.000,00 | 8,0 | 7,2 |
| ACESF | 0,00 | 0,0 | 499.999,40 | 0,1 | -100,0 |
| Autarquia Municipal de Saúde - AMS | 64.000,00 | 0,0 | 60.000,00 | 0,0 | 6,7 |
| Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina | 0,00 | 0,0 | 4.000.000,00 | 0,8 | -100,0 |
| Fundo de Urbanização de Londrina | 87.472.988,84 | 15,1 | 72.690.072,15 | 14,0 | 20,3 |
| Fundação de Esportes de Londrina | 10.596.251,23 | 1,8 | 7.356.269,21 | 1,4 | 44,0 |
| Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL | 5.929.834,11 | 1,0 | 5.283.509,02 | 1,0 | 12,2 |
| Instituto de Desenvolvimento de Londrina - CODEL | 10.978.392,24 | 1,9 | 7.601.339,83 | 1,5 | 44,4 |
| TOTAL | 577.748.960,48 | 100,0 | 518.007.034,47 | 100,0 | 11,5 |

10 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o Município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômico ou potencial de serviços para a entidade, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivo, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em 2022 foi superavitário em R\$ 517,8 milhões no confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 40 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

| ESPECIFICAÇÃO | 2022 | 2021 | AH% |
|---|------------------------|-----------------------|----------------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas (I) | 2.460.388.826,40 | 2.290.135.393,62 | 7,4 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas (II) | -2.620.840.193,69 | -1.772.353.272,05 | 47,9 |
| Resultado Patrimonial do Período (III= I - II) | -160.451.367,29 | 517.782.121,57 | -130,99 |

Observa-se no resultado patrimonial do atual exercício, que o resultado negativo da ordem de R\$ 160,4 milhões, comparado com o exercício anterior foi menor em 130,99%, representando uma variação de R\$ 678,2 milhões.

10.1 Análise dos resultados por atividade sobre o enfoque patrimonial

O enfoque é demonstrar os resultados segregados por operações específicas ou semelhantes pelo desdobramento do conjunto de contas de resultado.

10.1.1 Resultado das Atividades Operacionais Próprias ou Administrativa do Município

Esse conjunto de contas de Receitas e Despesas demonstra o resultado das atividades operacionais próprias ou administrativas para o desempenho das atividades essenciais e indispensáveis ao atendimento burocrático na gestão pública, a saber:

Tabela 41 – Impacto nos Resultados das Atividades Operacionais Próprias ou Administrativas do Município

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS PRÓPRIAS | 1.074.391.123,24 | 100,0 | 1.036.660.324,09 | 100,0 | 3,6 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias | 1.018.649.254,28 | 94,8 | 986.805.393,62 | 95,2 | 3,2 |
| Contribuições | 52.111.415,97 | 4,9 | 47.941.993,53 | 4,6 | 8,7 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 3.630.452,99 | 0,3 | 1.912.936,94 | 0,2 | 89,8 |

| DESPESAS DAS OPERAC.DE ADMIN.E MANUTENÇÃO | 1.001.092.020,65 | 100,0 | 816.111.844,96 | 100,0 | 22,7 |
|---|-------------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Pessoal e Encargos | 773.304.315,29 | 77,2 | 621.928.832,91 | 76,2 | 24,3 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 18.226.672,49 | 1,8 | 25.247.106,05 | 3,1 | -27,8 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 192.189.568,82 | 19,2 | 154.482.301,42 | 18,9 | 24,4 |
| Tributárias | 17.371.464,05 | 1,7 | 14.453.604,58 | 1,8 | 20,2 |
| RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS | 73.299.102,59 | 6,8 | 220.548.479,13 | 21,3 | -66,8 |

O resultado das atividades operacionais próprias apresentou uma redução de 66,8% no exercício de 2022 em comparação ao anterior. Essa redução se deve ao aumento de 22,7% das despesas operacionais não acompanhado pelo aumento das receitas operacionais, que foi de 3,6%.

As atividades administrativas do Município, considerando a sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis, sob o enfoque patrimonial, se mostram suficientes para a cobertura dos dispêndios, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

A análise é comprometida devido à ausência de registros por competência relacionados a despesas com pessoal a pagar, tais como Licença-Prêmio e Férias e à ausência de registros de depreciações e amortizações do imobilizado.

10.1.2 Resultado da Movimentação Financeira

As atividades da movimentação financeira, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

Tabela 42 – Impacto nos Resultados da Movimentação Financeira

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-----------------------|--------------|----------------------|--------------|---------------|
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FINANCEIRA | 204.752.008,32 | 100,0 | 55.382.289,60 | 100,0 | 269,7 |
| Juros e Encargos de Mora | 130.971.368,13 | 64,0 | 39.214.457,54 | 70,8 | 234,0 |
| Variação Monetária e Cambial | 5.543.635,34 | 2,7 | 1.796.265,36 | 3,2 | 208,6 |
| Remuneração de Depos. Bancários e Aplic. Financeiras | 67.862.743,63 | 33,1 | 14.169.223,07 | 25,6 | 378,9 |
| Outras Variações Patrim. Aumentativas - Financeiras | 374.261,22 | 0,2 | 202.343,63 | 0,4 | 85,0 |
| VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA FINANCEIRA | 38.406.965,73 | 100,0 | 48.568.747,75 | 100,0 | -20,9 |
| Juros e Encargos de Empréstim. e Financiamentos Obtidos | 31.932.208,59 | 83,1 | 46.121.080,94 | 95,0 | -30,8 |
| Juros e Encargos de Mora | 5.691,29 | 0,0 | 270.537,98 | 0,6 | -97,9 |
| Variações Monetárias e Cambiais | 6.468.863,41 | 16,8 | 2.177.128,83 | 4,5 | 197,1 |
| Outras Variações Patrim. Diminutivas - Financeiras | 202,44 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | - |
| RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS | 166.345.042,59 | 81,2 | 6.813.541,85 | 12,3 | 2341,4 |

O aumento expressivo no resultado da Movimentação Financeira se deve à reclassificação dos registros de Multas e Juros Tributários e suas deduções, que até o exercício anterior, em algumas situações, eram registradas diretamente na Variação Aumentativa dos Créditos Tributários.

10.1.3 Resultado das Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

O balanceamento das contas de transferências e delegações, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência, neste caso, em especial, podemos citar como exemplo os restos a receber das operações intergovernamentais de 2021 e 2022

Tabela 43 - Impacto das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|-------------|
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 931.896.734,94 | 100,0 | 661.153.463,29 | 100,0 | 41,0 |
| Transferências intragovernamentais | 19.988.022,17 | 2,1 | 8.918.034,99 | 1,3 | 124,1 |
| Transferências Inter Governamentais | 908.013.914,18 | 97,4 | 650.930.910,72 | 98,5 | 39,5 |
| Transferências das Instituições Privadas | 687.629,34 | 0,1 | 1.135.996,61 | 0,2 | -39,5 |
| Transferências de Pessoa Físicas | 226.711,22 | 0,0 | 168.520,97 | 0,0 | 34,5 |

| | | | | | |
|---|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 2.980.458,03 | 0,3 | 0,00 | 0,0 | - |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 783.686.336,90 | 100,0 | 590.090.658,67 | 100,0 | 32,8 |
| Transferências intragovernamentais | 589.582.096,79 | 75,2 | 518.116.398,45 | 87,8 | 13,8 |
| Transferências Inter Governamentais | 109.584.545,95 | 14,0 | 0,00 | 0,0 | - |
| Transferências das Instituições Privadas | 84.495.384,16 | 10,8 | 71.852.894,75 | 12,2 | 17,6 |
| Execução Orçamentária Delegada | 24.310,00 | 0,0 | 121.365,47 | 0,0 | -80,0 |
| RESULTADO DAS ATIVIDADE FINANCEIRAS | 148.210.398,04 | 15,9 | 71.062.804,62 | 10,7 | 108,6 |

O resultado do exercício foi positivo em R\$ 148,2 milhões, sendo 108,6% maior do que o do exercício anterior. O registro em Transferências Inter Governamentais concedidas é decorrente da mudança de procedimento contábil do registro das Variações Patrimoniais das Transferências ao FUNDEB, em adequação ao PCASPM-Estendido, adotado em 2022.

10.1.4 Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

Os Ganhos com Incorporação de Ativos e Desincorporação de Passivo referem-se, basicamente, com a venda de bens patrimoniais e incorporação de bens de terceiros em uso pelo Município.

Tabela 44 - Impacto no Resultado da Movimentação de Ativos e Passivos

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|------------------------|------------------|------------------------|----------------|--------------|
| VALORIZAÇÃO E GANHOS c/ATIVOS E DESINCORPOR. DE PASSIVO | 2.636.986,45 | 100,0 | 2.620.765,20 | 100,0 | 0,6 |
| Reavaliação de ativos | 843.342,90 | 32,0 | 2.620.765,20 | 100,0 | -67,8 |
| Ganhos com Alienação | 1.793.643,55 | 68,0 | 2.620.765,20 | 100,0 | -31,6 |
| DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPOR. DE PASSIVO | 555.396.889,96 | 100,0 | 133.056.549,32 | 100,0 | 317,4 |
| Reavaliação, redução, e valor recuperável e ajustes p/perdas | 551.480.691,06 | 99,3 | 131.806.432,11 | 99,1 | 318,4 |
| Perdas com Alienação | 2.601.284,17 | 0,5 | 0,00 | 0,0 | - |
| Perdas involuntárias | 302,00 | 0,0 | 8.982,05 | 0,0 | -96,6 |
| Desincorporação de Ativos | 1.314.612,73 | 0,2 | 1.241.135,16 | 0,9 | 5,9 |
| RESULTADO GANHOS E PERDAS - ATIVOS E PASSIVOS | -552.759.903,51 | -20.961,8 | -130.435.784,12 | -4977,0 | 323,8 |

O resultado negativo dos Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos é impactado pelos registros na conta contábil de Ajustes de Perdas de Demais Créditos a Receber, pertencente ao subgrupo de contas Reavaliação, redução e valor recuperável e ajustes para perdas.

10.1.5 Resultado das Outras Variações Patrimoniais

Os grupos de Outras Variações Patrimoniais englobam os registros que não possuem classificação nas demais Variações Patrimoniais, sendo destacado na tabela abaixo e detalhado na sequência.

Tabela 45 - Impacto no Resultado das Outras Variações Patrimoniais

| CONTAS CONTÁBEIS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|--|-----------------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 246.711.973,45 | 100,0 | 536.546.776,42 | 100,0 | -54,0 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas a Classificar | 1.741.182,15 | 0,7 | 704.002,90 | 0,1 | 147,3 |
| Resultado positivos de Participações | 5.743,84 | 0,0 | 121.709,28 | 0,0 | -95,3 |
| Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas | 102.149.336,23 | 41,4 | 392.991.548,37 | 73,2 | -74,0 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 142.815.711,23 | 57,9 | 142.729.515,87 | 26,6 | 0,1 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 242.257.980,45 | 100,0 | 184.525.471,35 | 100,0 | 31,3 |
| Incentivos | 2.011.190,01 | 0,8 | 124.190,00 | 0,1 | 1519,4 |
| VPD de Constituição de Provisões para Riscos Fiscais | 31.513.079,73 | 13,0 | 0,00 | 0,0 | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 208.733.710,71 | 86,2 | 184.401.281,35 | 99,9 | 13,2 |
| RESULTADO DE OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS | 4.453.993,00 | 1,8 | 352.021.305,07 | 65,6 | -98,7 |

O grupo Outras Variações Patrimoniais teve movimentação expressiva na conta genérica 'Diversas Variações Patrimoniais', que, em 2022, em quase sua totalidade foi resultante da reclassificação dos Precatórios, detalhados abaixo:

- Movimentação decorrente da transferência de saldo da conta contábil transitória 2.2.8.9.1.98.00.00.00 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO para a conta contábil 2.2.3.1.1.06.01.00.00 e 2.2.3.1.1.06.02.00.00 - PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ESPECIAL, em um total de **R\$ 80,2 milhões**. Situação provocada pela alteração do Plano de Contas no exercício de 2022 – PCASPM-Estendido;
- Movimentação de transferência das contas do Passivo Precatório de Pessoal - Regime Ordinário para a conta do Passivo Precatório de Pessoal - Regime Especial, no total de **R\$ 35,5 milhões**; e
- Transferência de saldo da conta contábil Passivo - Precatórios - Não vencidos para Passivo - Precatórios - Vencidos, **R\$ 4,6 milhões**.

Verifica-se que a técnica mais adequada para esses registros seria por lançamentos entre as contas do passivo, sem a necessidade de movimentação pelas variações patrimoniais, porém, atualmente o sistema informatizado de contabilidade, contratado pelo município não permite esse tipo de lançamento.

Há um chamado ao suporte do sistema informatizado de contabilidade solicitando a adequação e atendimento à Nota 010/2022 – SIM-AM, de Novembro/2022, que inseriu no SIMAM a possibilidade de registros permutativos nas contas de Dívida Fundada e Precatórios.

10.2 Considerações Finais sobre as Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do Município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período.

Para a Administração Pública é um indicador de gestão fiscal, por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Resultado Patrimonial deficitário do exercício de 2022 em R\$ 160,4 milhões tem como principal causa os registros de Ajustes de Perdas de Créditos a Curto prazo, que passou de 1,3 bilhão em 2021, para 1,7 bilhão em 2022.

II – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Exercício de 2022 – Anexo 12

11 – Balanço Orçamentário

11.1 Execução Orçamentária da Receita

As receitas realizadas no exercício de 2022 estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

Houve um crescimento de 20,7% das receitas em 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 1,682 bilhão para R\$ 2,031 bilhões. Destacam o aumento nominal nas receitas Tributárias, Transferências Correntes e Receita Patrimonial.

Tabela 46 – Receita Realizada

| CONTAS ORÇAMENTARIAS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|-------------|
| RECEITAS CORRENTES | 1.967.131.729,04 | 96,8 | 1.638.600.703,18 | 97,4 | 20,0 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 1.033.244.998,56 | 50,86 | 912.114.276,03 | 54,2 | 13,3 |
| Receita de Contribuições | 52.115.417,52 | 2,57 | 47.945.762,00 | 2,8 | 8,7 |
| Receita Patrimonial | 71.768.178,93 | 3,53 | 22.097.247,33 | 1,3 | 224,8 |
| Receita de Serviços | 3.573.379,55 | 0,18 | 1.912.971,52 | 0,1 | 86,8 |
| Transferências Correntes | 785.692.453,01 | 38,68 | 638.656.964,53 | 38,0 | 23,0 |
| Outras Receitas Correntes | 20.737.301,47 | 1,02 | 15.873.481,77 | 0,9 | 30,6 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 64.170.188,48 | 3,2 | 43.719.549,28 | 2,6 | 46,8 |
| Operações de Crédito | 52.929.481,31 | 2,61 | 37.489.018,00 | 2,2 | 41,2 |
| Alienação de Bens | 1.793.643,55 | 0,09 | 171.843,90 | 0,0 | 943,8 |
| Transferência de Capital | 5.892.837,37 | 0,29 | 6.058.687,38 | 0,4 | -2,7 |
| Outras Receitas de Capital | 3.554.226,25 | 0,17 | 0,00 | 0,0 | - |
| RECEITAS CORRENTES | 66.255,74 | 0,00 | 68.178,80 | 0,0 | -2,8 |

| | | | | | |
|---|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-------------|
| Indenizações Restit. e Ressarcimentos (Intraorçamentária) | 66.255,74 | 0,00 | 68.178,80 | 0,0 | -2,8 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 2.031.368.173,26 | 100,0 | 1.682.388.431,26 | 100,0 | 20,7 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 186.573.392,39 | 100,0 | 156.873.696,52 | 100,0 | 18,9 |
| Recurso Arrecadados em Exercícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Superávit Financeiro | 186.573.392,39 | 100,00 | 156.873.696,52 | 100,0 | 18,9 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |

11.2 - Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária da Despesa

Observa-se que em 2022 foram empenhados R\$ 1,405 bilhão, enquanto em 2021 foram R\$ 1,213 bilhão.

Da mesma forma que em 2021, os empenhos de despesas correntes representam a maioria das despesas do município, participando em 2022 com 88,5% de toda despesa empenhada no período, conforme tabela seguir:

Tabela 47 – Despesa Empenhada

| CONTAS ORÇAMENTARIAS | 2022 | AV% | 2021 | AV% | AH% |
|---|-------------------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | 1.244.179.915,29 | 88,5 | 1.014.100.803,38 | 83,6 | 22,7 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 761.306.235,74 | 54,2 | 623.446.848,09 | 51,4 | 22,1 |
| Juros e Encargos da Dívida | 23.370.476,25 | 1,7 | 22.505.544,85 | 1,9 | 3,8 |
| Outras despesas Correntes | 459.503.203,30 | 32,7 | 368.148.410,44 | 30,4 | 24,8 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 161.180.716,46 | 11,5 | 198.659.809,27 | 16,4 | -18,9 |
| Investimentos | 114.178.162,38 | 8,1 | 150.854.842,94 | 12,4 | -24,3 |
| Inversões Financeiras | 18.792.778,96 | 1,3 | 14.490.000,00 | 1,2 | 29,7 |
| Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida | 28.209.775,12 | 2,0 | 33.314.966,33 | 2,7 | -15,3 |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 1.405.360.631,75 | 100,0 | 1.212.760.612,65 | 100,0 | 15,9 |
| AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA / REFINANCIAMENTO | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,0 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO | 1.405.360.631,75 | 100,0 | 1.212.760.612,65 | 100,0 | 15,9 |
| SUPERAVIT | 626.007.541,51 | 44,5 | 469.625.819,11 | 38,7 | 33,3 |
| T O T A L | 2.031.368.173,26 | 144,5 | 1.682.386.431,76 | 119,7 | 20,7 |

11.3 - Balanço Orçamentário - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas e as despesas empenhadas no período, tendo em vistas os critérios estabelecidos pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Tabela 48 – Comparação entre a Receita e Despesa Orçamentária Executadas

| CONTAS ORÇAMENTARIAS | 2022 | 2021 | AH% |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------|
| Receitas Realizadas | 2.031.368.173,26 | 1.682.386.431,76 | 20,7 |
| Despesas Empenhadas | -1.405.360.631,75 | -1.212.760.612,65 | 15,9 |
| RESULTADO - Superávit Orçamentário | 626.007.541,51 | 469.625.819,11 | 33,3 |

O resultado orçamentário (diferença entre as receitas arrecadas e as despesas empenhadas) foi superavitário em R\$ 626,0 milhões, situação que é necessária, já que o Município efetua Transferências Financeiras às Entidades da Administração Indireta e à Câmara Municipal.

11.4 - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar

A Execução de Restos a Pagar refere-se à continuidade a ser dada aos procedimentos financeiros na execução das despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício findo, distinguindo-se as “Processadas” das “Não Processadas”, as “Processadas” são despesas inscritas em restos a pagar, “liquidadas” e não pagas, que correspondem aos bens e serviços recebidos e aceitos de forma definitiva. Quanto às “Não Processadas”, são despesas empenhadas e “não liquidadas”, que dependem de procedimentos específicos de recebimentos.

11.5 - Estoque dos Restos a Pagar

Do total inscrito, em 2022, em Restos a Pagar não Processados na ordem de R\$ 190,9 milhões, foram liquidados R\$ 95,6 milhões e cancelados 46,3 milhões, restando um saldo de R\$ 48,5 milhões.

Do total inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados de R\$ 1,7 milhão, foram pagos R\$ 0,9 milhão e cancelados R\$ 0,2 milhão, restando um saldo de R\$ 0,5 milhão.

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, considera-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro.

A tabela a seguir mostra a trajetória da posição de restos a pagar inscritos e reinscritos no final de cada exercício.

Tabela 49 – Histórico da Composição dos Estoques de Restos a Pagar

| Ano | Restos a Pagar Não Processados | | | |
|------|--------------------------------|---------------|----------------|---------------|
| | Sd. Ant. + Inscr. | Cancelados | Liq. /Pagos | A Pagar |
| 2013 | 44.333.847,88 | 11.018.669,20 | 21.138.797,23 | 12.176.381,45 |
| 2014 | 40.346.349,52 | 1.516.860,05 | 25.748.791,24 | 13.080.698,23 |
| 2015 | 69.147.811,19 | 7.168.431,38 | 35.613.552,38 | 26.365.827,43 |
| 2016 | 97.211.342,70 | 19.924.475,05 | 37.605.101,43 | 39.681.766,22 |
| 2017 | 98.765.364,81 | 9.133.680,02 | 37.390.279,97 | 52.241.404,82 |
| 2018 | 98.802.590,53 | 5.674.010,92 | 25.709.972,12 | 67.418.607,49 |
| 2019 | 162.629.606,63 | 11.222.793,51 | 130.765.344,05 | 20.641.469,07 |
| 2020 | 135.240.843,41 | 23.235.790,96 | 97.929.526,53 | 14.075.525,92 |
| 2021 | 104.117.006,91 | 23.923.074,17 | 58.719.325,14 | 21.449.274,15 |
| 2022 | 190.939.481,45 | 46.318.823,01 | 95.598.593,71 | 48.534.940,92 |

| Ano | Restos a Pagar Processados e Não Processado Liquidado | | | |
|------|---|--------------|---------------|--------------|
| | Sd. Ant. + Inscr. | Cancelados | Liq. / Pagos | A Pagar |
| 2013 | 14.061.050,03 | 834.812,93 | 11.668.293,32 | 1.557.943,78 |
| 2014 | 14.185.501,57 | 84.401,57 | 12.185.177,47 | 1.915.922,53 |
| 2015 | 16.658.848,59 | 326.346,38 | 12.497.987,73 | 3.834.514,48 |
| 2016 | 14.547.151,25 | 90.493,03 | 10.978.228,34 | 3.478.429,88 |
| 2017 | 13.521.167,53 | 1.506.248,60 | 9.842.639,63 | 2.172.279,30 |
| 2018 | 18.612.441,17 | 494.336,09 | 17.824.247,98 | 293.857,10 |
| 2019 | 22.045.625,26 | 103.658,62 | 21.697.444,90 | 244.521,74 |
| 2020 | 10.256.818,03 | 8.426.592,97 | 1.717.995,79 | 112.229,27 |
| 2021 | 5.250.313,42 | 38.670,06 | 5.105.154,90 | 106.488,46 |
| 2022 | 1.686.120,70 | 220.995,94 | 973.992,29 | 491.132,47 |

III – BALANÇO FINANCEIRO Exercício de 2022 – Anexo 13

12 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

12.1 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado

extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar). Em 2022, o resultado financeiro foi superavitário em R\$ 142,9 milhões, e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Tabela 50 – Resultado Financeiro

| | 2022 | 2021 | AH% |
|--|------------------------|------------------------|--------------|
| Receita Orçamentária (I) | 2.031.368.173,26 | 1.682.386.431,76 | 20,7 |
| Despesa Orçamentária (II) | -1.405.360.631,75 | -1.212.760.612,65 | 15,9 |
| Resultado Orçamentário (III = I - II) | 626.007.541,51 | 469.625.819,11 | 33,3 |
| Transferências Financeiras Recebidas (IV) | 19.856.605,89 | 8.851.791,09 | 124,3 |
| Transferências Financeiras Concedidas (V) | -577.748.960,48 | -518.007.034,47 | 11,5 |
| Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V) | -557.892.354,59 | -509.155.243,38 | 9,6 |
| Recebimentos Extraorçamentários (VII) | 1.412.123.674,79 | 1.239.560.572,67 | 13,9 |
| Despesas Extraorçamentárias (VIII) | -1.337.298.530,70 | -1.131.878.642,82 | 18,1 |
| Resultado Extraorçamentários (IX + VII - VIII) | 74.825.144,09 | 107.681.929,85 | -30,5 |
| RESULTADO FINANCEIRO EXERCÍCIO (IX + VII - VIII) | 142.940.331,01 | 68.152.505,58 | 109,7 |

O resultado orçamentário apresentou um aumento de 33,3% em relação ao exercício anterior no valor de R\$ 626,0 milhões. Uma parcela significativa desse montante, no valor de R\$ 557,9 milhões, foi consumida pelo resultado das transferências financeiras.

O resultado extraorçamentário positivo obtido, em 2022, totalizou R\$ 74,8 milhões, o qual pode ser lido como recursos de terceiros que serão restituídos.

Por fim, o resultado financeiro do exercício foi positivo em 142,9 milhões, aumentando o superávit do exercício anterior em 109,7%.

IV – BALANÇO FINANCEIRO – FLUXO DE CAIXA Exercício de 2022

13 – Fluxo de Caixa

13.1 Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, além de permitir um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das atividades, permitindo projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC foi elaborada pelo método direto de forma a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, segregada nos seguintes fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, constante no Demonstrativo de Fluxo de Caixa é igual ao Resultado Financeiro evidenciado no Balanço Financeiro. Dessa forma, em 2022, o resultado apurado positivo foi de R\$ 142,9 milhões composto da seguinte maneira:

Tabela 51 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Formação

| DESCRIÇÃO CONTÁBEIS | 2022 | 2021 | AH% |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Atividades das Operações | 134.716.477,86 | 78.567.260,22 | 71,5 |
| Ingressos (Receitas e Transferências) | 3.242.450.564,67 | 2.722.093.427,03 | 19,1 |
| Desembolsos (Orçamentários e Extraorçamentários) | 3.107.734.086,81 | 2.643.526.166,81 | 17,6 |
| Atividades de Investimento | -16.999.135,41 | -14.312.769,36 | 18,8 |
| Ingressos (Alienções de bens) | 1.793.643,55 | 171.843,90 | 943,8 |
| Desembolsos (Aquisição de Ativo Não Circulante) | 18.792.778,96 | 14.484.613,26 | 29,7 |
| Atividades de Financiamento | 25.222.988,56 | 3.898.014,72 | 547,1 |
| Ingressos (Operações de Crédito) | 52.929.481,31 | 37.489.018,50 | 41,2 |
| Desembolsos (Amortização de dívida) | 27.706.492,75 | 33.591.003,78 | -17,5 |
| TOTAL GERAÇÃO LÍQUIDA E EQUIVAL. DE CAIXA | 142.940.331,01 | 68.152.505,58 | 109,7 |

Verifica-se no quadro acima que o aumento de 109,7% na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi influenciado principalmente pelos Ingressos Operacionais e Ingressos Financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui demonstrados são frutos dos registros efetuados tendo por suporte documentos hábeis remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade ou extraídos através de sistema integrado, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante às responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador que referenda essas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2022.

Marcelo Belinati Martins
Prefeito do Município

Newton Hideki Tanimura
Controlador-Geral do Município

Flávio Roque
Contador CRC PR-048163/O-2